

Índice

Dados da Empresa

Composição do Capital	1
-----------------------	---

DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo	2
Balanço Patrimonial Passivo	3
Demonstração do Resultado	4
Demonstração do Resultado Abrangente	5
Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)	6

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2025 à 30/06/2025	7
DMPL - 01/01/2024 à 30/06/2024	8
Demonstração de Valor Adicionado	9

DFs Consolidadas

Balanço Patrimonial Ativo	10
Balanço Patrimonial Passivo	11
Demonstração do Resultado	12
Demonstração do Resultado Abrangente	13
Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)	14

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2025 à 30/06/2025	15
DMPL - 01/01/2024 à 30/06/2024	16
Demonstração de Valor Adicionado	17

Comentário do Desempenho	18
--------------------------	----

Notas Explicativas	29
--------------------	----

Pareceres e Declarações

Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva	70
Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras	72
Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente	73

Dados da Empresa / Composição do Capital

Número de Ações (Unidades)	Trimestre Atual 30/06/2025
Do Capital Integralizado	
Ordinárias	7.877.740
Preferenciais	6.843.557
Total	14.721.297
Em Tesouraria	
Ordinárias	0
Preferenciais	0
Total	0

#Error

#Error

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo

(Reais Unidade)

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/06/2025	Exercício Anterior 31/12/2024
1	Ativo Total	432.500	430.149
1.01	Ativo Circulante	717	627
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	22	51
1.01.06	Tributos a Recuperar	280	293
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	280	293
1.01.07	Despesas Antecipadas	288	274
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	127	9
1.01.08.03	Outros	127	9
1.02	Ativo Não Circulante	431.783	429.522
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	423.070	420.782
1.02.01.09	Créditos com Partes Relacionadas	411.521	410.361
1.02.01.09.01	Créditos com Coligadas	96.771	96.771
1.02.01.09.02	Créditos com Controladas	20.237	19.077
1.02.01.09.03	Créditos com Controladores	294.513	294.513
1.02.01.10	Outros Ativos Não Circulantes	11.549	10.421
1.02.01.10.05	Outros créditos	3.945	3.321
1.02.01.10.06	Depósitos judiciais	7.604	7.100
1.02.02	Investimentos	8.401	8.414
1.02.02.01	Participações Societárias	4.958	4.971
1.02.02.01.02	Participações em Controladas	4.958	4.971
1.02.02.02	Propriedades para Investimento	3.443	3.443
1.02.03	Imobilizado	180	193
1.02.03.01	Imobilizado em Operação	180	193
1.02.04	Intangível	132	133

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo

(Reais Unidade)

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/06/2025	Exercício Anterior 31/12/2024
2	Passivo Total	432.500	430.149
2.01	Passivo Circulante	25.211	23.839
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	156	159
2.01.01.02	Obrigações Trabalhistas	156	159
2.01.02	Fornecedores	122	137
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	122	137
2.01.03	Obrigações Fiscais	441	439
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	441	439
2.01.03.01.02	Outros impostos federais	441	439
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	24.492	23.052
2.01.04.02	Debêntures	24.492	23.052
2.01.04.02.01	Debêntures	24.492	23.052
2.01.05	Outras Obrigações	0	52
2.01.05.02	Outros	0	52
2.01.05.02.04	Outras obrigações	0	52
2.02	Passivo Não Circulante	579.078	605.338
2.02.02	Outras Obrigações	95.979	87.091
2.02.02.01	Passivos com Partes Relacionadas	95.979	87.091
2.02.02.01.02	Débitos com Controladas	95.979	87.091
2.02.04	Provisões	483.099	518.247
2.02.04.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	953	831
2.02.04.01.04	Provisões Cíveis	953	831
2.02.04.02	Outras Provisões	482.146	517.416
2.02.04.02.04	Provisão para perda de investimento	482.146	517.416
2.03	Patrimônio Líquido	-171.789	-199.028
2.03.01	Capital Social Realizado	855.828	855.828
2.03.02	Reservas de Capital	543.916	543.916
2.03.02.01	Ágio na Emissão de Ações	465.801	465.801
2.03.02.07	Reserva de capital	78.115	78.115
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	-1.483.663	-1.510.902
2.03.06	Ajustes de Avaliação Patrimonial	-87.870	-87.870

DFs Individuais / Demonstração do Resultado

(Reais Unidade)

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/04/2025 à 30/06/2025	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2025 à 30/06/2025	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/04/2024 à 30/06/2024	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2024 à 30/06/2024
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	24.653	33.384	11.720	28.035
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-1.076	-1.873	-836	-1.313
3.04.06	Resultado de Equivalência Patrimonial	25.729	35.257	12.556	29.348
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	24.653	33.384	11.720	28.035
3.06	Resultado Financeiro	-2.942	-6.196	-7.874	-9.902
3.06.01	Receitas Financeiras	241	455	35	101
3.06.02	Despesas Financeiras	-3.183	-6.651	-7.909	-10.003
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	21.711	27.188	3.846	18.133
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	21.711	27.188	3.846	18.133
3.11	Lucro/Prejuízo do Período	21.711	27.188	3.846	18.133
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)				
3.99.01	Lucro Básico por Ação				
3.99.01.01	ON	0	0	0,24965	1,17704
3.99.01.02	PNA	0	0	0,27461	1,29474
3.99.01.03	PNC	0	0	0,27212	1,28297
3.99.01.04	PND	0	0	0,26962	1,2712

DFs Individuais / Demonstração do Resultado Abrangente

(Reais Unidade)

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/04/2025 à 30/06/2025	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2025 à 30/06/2025	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/04/2024 à 30/06/2024	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2024 à 30/06/2024
4.01	Lucro Líquido do Período	21.762	27.239	3.846	18.133
4.03	Resultado Abrangente do Período	21.762	27.239	3.846	18.133

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)

(Reais Unidade)

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2025 à 30/06/2025	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2024 à 30/06/2024
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	-3.808	-4.182
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	-6.164	-6.761
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	2.356	2.579
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	0	794
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	3.779	3.252
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	-29	-136
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	51	1.153
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	22	1.017

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2025 à 30/06/2025

(Reais Unidade)

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	855.828	543.916	0	-1.510.902	-87.870	-199.028
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	855.828	543.916	0	-1.510.902	-87.870	-199.028
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	0	0	0	0
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	27.239	0	27.239
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	27.239	0	27.239
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	0	0	0	0
5.07	Saldos Finais	855.828	543.916	0	-1.483.663	-87.870	-171.789

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2024 à 30/06/2024

(Reais Unidade)

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	855.828	543.916	0	-1.466.978	-87.870	-155.104
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	855.828	543.916	0	-1.466.978	-87.870	-155.104
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	0	0	0	0
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	18.133	0	18.133
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	18.133	0	18.133
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	0	0	0	0
5.07	Saldos Finais	855.828	543.916	0	-1.448.845	-87.870	-136.971

DFs Individuais / Demonstração de Valor Adicionado

(Reais Unidade)

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual	Acumulado do Exercício
		Exercício	Anterior
		01/01/2025 à 30/06/2025	01/01/2024 à 30/06/2024
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-1.138	-644
7.02.01	Custos Prods., Mercs. e Servs. Vendidos	-1.157	-642
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	19	0
7.02.04	Outros	0	-2
7.03	Valor Adicionado Bruto	-1.138	-644
7.04	Retenções	-60	-17
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-60	-17
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	-1.198	-661
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	35.711	29.449
7.06.01	Resultado de Equivalência Patrimonial	35.256	29.348
7.06.02	Receitas Financeiras	455	101
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	34.513	28.788
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	34.513	28.788
7.08.01	Pessoal	523	535
7.08.01.01	Remuneração Direta	116	263
7.08.01.02	Benefícios	56	40
7.08.01.03	F.G.T.S.	9	6
7.08.01.04	Outros	342	226
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	100	86
7.08.02.01	Federais	100	86
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	6.651	10.034
7.08.03.01	Juros	5.823	4.345
7.08.03.02	Aluguéis	0	31
7.08.03.03	Outras	828	5.658
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	27.239	18.133
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	27.239	18.133

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Unidade)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/06/2025	Exercício Anterior 31/12/2024
1	Ativo Total	1.942.166	1.991.488
1.01	Ativo Circulante	739.888	745.383
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	669.667	607.270
1.01.03	Contas a Receber	36.812	69.443
1.01.03.01	Clientes	32.693	64.690
1.01.03.02	Outras Contas a Receber	4.119	4.753
1.01.04	Estoques	6.410	22.186
1.01.06	Tributos a Recuperar	21.709	17.728
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	21.709	17.728
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	5.290	28.756
1.01.08.03	Outros	5.290	28.756
1.01.08.03.01	Arrendamento mercantil	0	22.463
1.01.08.03.02	Adiantamentos a fornecedores	1.750	3.541
1.01.08.03.03	Outros créditos	3.540	2.752
1.02	Ativo Não Circulante	1.202.278	1.246.105
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	633.222	630.169
1.02.01.09	Créditos com Partes Relacionadas	408.117	408.117
1.02.01.09.01	Créditos com Coligadas	96.771	96.771
1.02.01.09.03	Créditos com Controladores	294.513	294.513
1.02.01.09.04	Créditos com Outras Partes Relacionadas	16.833	16.833
1.02.01.10	Outros Ativos Não Circulantes	225.105	222.052
1.02.01.10.03	Depósitos judiciais	7.929	8.944
1.02.01.10.05	Tributos a recuperar	57.554	60.718
1.02.01.10.07	Depósitos vinculados	158.072	149.069
1.02.01.10.08	Outros créditos	1.550	3.321
1.02.02	Investimentos	3.443	3.443
1.02.02.02	Propriedades para Investimento	3.443	3.443
1.02.03	Imobilizado	510.690	552.635
1.02.03.01	Imobilizado em Operação	499.354	540.408
1.02.03.02	Direito de Uso em Arrendamento	11.336	12.227
1.02.04	Intangível	54.923	59.858
1.02.04.01	Intangíveis	54.923	59.858
1.02.04.01.02	Intangível	54.923	59.858

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Unidade)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/06/2025	Exercício Anterior 31/12/2024
2	Passivo Total	1.942.166	1.991.488
2.01	Passivo Circulante	1.245.221	1.206.552
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	769	761
2.01.01.02	Obrigações Trabalhistas	769	761
2.01.02	Fornecedores	10.288	10.919
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	10.288	10.919
2.01.03	Obrigações Fiscais	4.376	8.371
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	4.295	3.993
2.01.03.01.02	Outros impostos federais	4.295	3.993
2.01.03.02	Obrigações Fiscais Estaduais	41	4.285
2.01.03.03	Obrigações Fiscais Municipais	40	93
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	1.088.937	1.035.177
2.01.04.01	Empréstimos e Financiamentos	1.064.445	1.012.125
2.01.04.01.01	Em Moeda Nacional	1.064.445	1.012.125
2.01.04.02	Debêntures	24.492	23.052
2.01.05	Outras Obrigações	140.851	151.324
2.01.05.02	Outros	140.851	151.324
2.01.05.02.04	Arrendamento mercantil a pagar	872	874
2.01.05.02.05	Outras obrigações	139.979	150.450
2.02	Passivo Não Circulante	880.493	995.960
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	302.693	432.636
2.02.01.01	Empréstimos e Financiamentos	302.693	432.636
2.02.01.01.01	Em Moeda Nacional	302.693	432.636
2.02.02	Outras Obrigações	483.685	473.277
2.02.02.01	Passivos com Partes Relacionadas	302.166	302.132
2.02.02.02	Outros	181.519	171.145
2.02.02.02.04	Arrendamento mercantil a pagar	16.514	17.076
2.02.02.02.05	Outras obrigações	213	1.983
2.02.02.02.06	Fornecedores nacionais	164.792	152.086
2.02.03	Tributos Diferidos	24.695	26.538
2.02.03.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	24.695	26.538
2.02.04	Provisões	69.420	63.509
2.02.04.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	6.781	4.191
2.02.04.01.05	Outras demandas judiciais	6.781	4.191
2.02.04.02	Outras Provisões	62.639	59.318
2.02.04.02.04	Provisões para desmobilização de ativo	53.459	50.138
2.02.04.02.05	Provisões passivo a descoberto	9.180	9.180
2.03	Patrimônio Líquido Consolidado	-183.548	-211.024
2.03.01	Capital Social Realizado	855.828	855.828
2.03.02	Reservas de Capital	543.916	543.916
2.03.02.01	Ágio na Emissão de Ações	465.801	465.801
2.03.02.07	Reserva de capital	78.115	78.115
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	-1.483.663	-1.510.902
2.03.06	Ajustes de Avaliação Patrimonial	-87.870	-87.870
2.03.09	Participação dos Acionistas Não Controladores	-11.759	-11.996

DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado

(Reais Unidade)

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/04/2025 à 30/06/2025	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2025 à 30/06/2025	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/04/2024 à 30/06/2024	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2024 à 30/06/2024
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	63.465	118.012	51.745	100.369
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-47.371	-95.007	-42.097	-86.152
3.03	Resultado Bruto	16.094	23.005	9.648	14.217
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-4.785	-8.677	-2.875	-5.997
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-5.479	-9.371	-2.877	-5.997
3.04.04	Outras Receitas Operacionais	694	694	1	0
3.04.06	Resultado de Equivalência Patrimonial	0	0	1	0
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	11.309	14.328	6.773	8.220
3.06	Resultado Financeiro	12.023	15.097	-701	15.499
3.06.01	Receitas Financeiras	34.522	84.086	48.734	97.336
3.06.02	Despesas Financeiras	-22.499	-68.989	-49.435	-81.837
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	23.332	29.425	6.072	23.719
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	-1.527	-1.948	-1.847	-4.505
3.08.01	Corrente	-2.447	-3.791	-2.768	-6.348
3.08.02	Diferido	920	1.843	921	1.843
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	21.805	27.477	4.225	19.214
3.11	Lucro/Prejuízo Consolidado do Período	21.805	27.477	4.225	19.214
3.11.01	Atribuído a Sócios da Empresa Controladora	21.762	27.239	3.846	18.133
3.11.02	Atribuído a Sócios Não Controladores	43	238	379	1.081
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)				
3.99.01	Lucro Básico por Ação				
3.99.01.01	ON	0	0	0,24965	1,17704
3.99.01.02	PNA	0	0	0,27461	1,29474
3.99.01.03	PNC	0	0	0,27212	1,28297
3.99.01.04	PND	0	0	0,26962	1,2712

DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado Abrangente

(Reais Unidade)

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/04/2025 à 30/06/2025	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2025 à 30/06/2025	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/04/2024 à 30/06/2024	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2024 à 30/06/2024
4.01	Lucro Líquido Consolidado do Período	21.805	27.477	4.225	19.214
4.03	Resultado Abrangente Consolidado do Período	21.805	27.477	4.225	19.214
4.03.01	Atribuído a Sócios da Empresa Controladora	21.762	27.239	3.846	18.133
4.03.02	Atribuído a Sócios Não Controladores	43	238	379	1.081

DFs Consolidadas / Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)

(Reais Unidade)

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual	Acumulado do Exercício
		Exercício 01/01/2025 à 30/06/2025	Anterior 01/01/2024 à 30/06/2024
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	161.328	146.709
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	129.799	60.298
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	31.529	86.411
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-9.659	-4.025
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	-89.272	-30.412
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	62.397	112.272
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	607.270	436.317
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	669.667	548.589

DFs Consolidadas / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2025 à 30/06/2025

(Reais Unidade)

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido	Participação dos Não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
5.01	Saldos Iniciais	855.828	543.916	0	-1.510.902	-87.870	-199.028	-11.997	-211.025
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	855.828	543.916	0	-1.510.902	-87.870	-199.028	-11.997	-211.025
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	0	0	0	0	0	0
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	27.239	0	27.239	238	27.477
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	27.239	0	27.239	238	27.477
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	0	0	0	0	0	0
5.07	Saldos Finais	855.828	543.916	0	-1.483.663	-87.870	-171.789	-11.759	-183.548

DFs Consolidadas / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2024 à 30/06/2024

(Reais Unidade)

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido	Participação dos Não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
5.01	Saldos Iniciais	855.828	543.916	0	-1.466.978	-87.870	-155.104	-11.863	-166.967
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	855.828	543.916	0	-1.466.978	-87.870	-155.104	-11.863	-166.967
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	0	0	0	0	0	0
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	18.133	0	18.133	1.081	19.214
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	18.133	0	18.133	1.081	19.214
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	0	0	0	0	0	0
5.07	Saldos Finais	855.828	543.916	0	-1.448.845	-87.870	-136.971	-10.782	-147.753

DFs Consolidadas / Demonstração de Valor Adicionado

(Reais Unidade)

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual	Acumulado do Exercício
		01/01/2025 à 30/06/2025	Anterior 01/01/2024 à 30/06/2024
7.01	Receitas	118.012	118.817
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	118.012	118.817
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-57.107	-54.976
7.02.01	Custos Prods., Merchs. e Servs. Vendidos	-25.665	-35.436
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-26.007	-20.670
7.02.03	Perda/Recuperação de Valores Ativos	-2.101	0
7.02.04	Outros	-3.334	1.130
7.03	Valor Adicionado Bruto	60.905	63.841
7.04	Retenções	-40.086	-36.102
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-40.086	-36.102
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	20.819	27.739
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	89.790	97.336
7.06.02	Receitas Financeiras	89.790	97.336
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	110.609	125.075
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	110.609	125.075
7.08.01	Pessoal	6.215	4.937
7.08.01.01	Remuneração Direta	5.151	2.691
7.08.01.02	Benefícios	878	949
7.08.01.03	F.G.T.S.	186	154
7.08.01.04	Outros	0	1.143
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	-101	17.442
7.08.02.01	Federais	-1.460	9.901
7.08.02.02	Estaduais	1.314	7.539
7.08.02.03	Municipais	45	2
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	77.018	83.482
7.08.03.01	Juros	45.912	50.883
7.08.03.02	Aluguéis	2.970	1.645
7.08.03.03	Outras	28.136	30.954
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	27.477	19.214
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	27.239	18.133
7.08.04.04	Part. Não Controladores nos Lucros Retidos	238	1.081

Multiner S.A.

Relatório Trimestral 2T25

Em cumprimento às disposições estatutárias e legais, submetemos o Relatório Trimestral e as Informações Contábeis Intermediárias individuais e consolidadas relativas ao trimestre e semestre findo em 30 de junho de 2025 ("2T25" e "2S25") da Multiner S.A. ("Companhia" ou "Multiner").

O presente Relatório da Administração cumpre a exigência do "CPC 21_R1 Demonstrações Intermediárias" e é apresentado de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, aplicáveis à elaboração das Informações Contábeis Intermediárias individuais e consolidadas.

O presente Relatório da Administração deve ser lido em conjunto com as Informações Contábeis Intermediárias. As informações estão apresentadas em reais mil e em base consolidada, exceto quando indicado de outra forma. Efeitos de arredondamentos podem causar diferenças nas variações percentuais, quando comparadas às Informações Contábeis Intermediárias.

Destaques dos Períodos

	Consolidado			Consolidado		
	2T25	2T24	Δ %	1S25	1S24	Δ %
Receita operacional líquida	63.465	51.745	23%	118.012	100.369	18%
Resultado bruto	16.094	9.648	67%	23.005	14.217	62%
Margem bruta	25%	19%	07 p.p.	19%	14%	05 p.p.
EBITDA	11.323	6.790	67%	60.973	44.322	38%
Margem EBITDA	18%	13%	05 p.p.	52%	44%	08 p.p.
Lucro líquido do período	21.805	4.225	416%	27.477	19.214	43%

Desempenho Operacional - NEO

A controlada New Energy Options Geração de Energia S.A. ("NEO") possui dois parques eólicos: Alegria I e II, com capacidade total instalada de 151,80 MW e está localizada na cidade de Guamaré/RN. Os Parques Eólicos estão em operação comercial desde dezembro de 2010 e dezembro de 2011, respectivamente. O complexo Alegria está inserido no âmbito do Programa de Incentivo às Fontes Alternativas de Energia Elétrica ("PROINFA") e possui contratos de compra e venda de energia (*Power Purchase Agreements - PPAs*), com vigência até 2030 com a ENBPARG – Empresa Brasileira de Participações em Energia Nuclear e Binacional S.A.

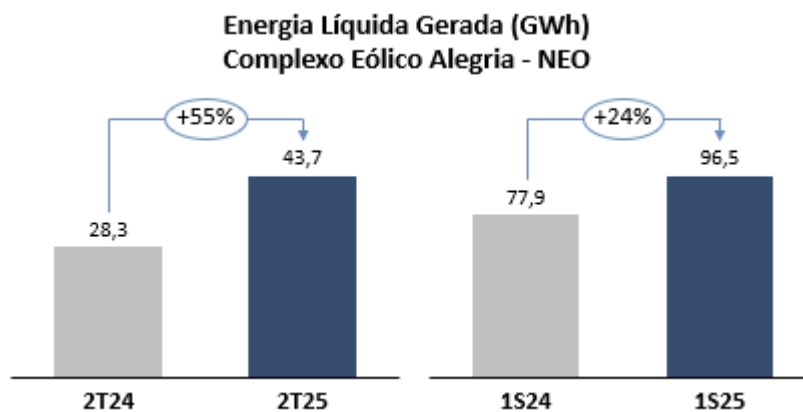
No 1S25, o Parque Alegria I, atingiu geração média de 7,9 MW frente 6,4 MW no 1S24, um acréscimo de 23% entre períodos. De forma similar, o Parque Alegria II registrou uma geração média de 14,3 MW no 1S25, frente a 11,6 MW no 1S24, um acréscimo de 24% entre períodos.



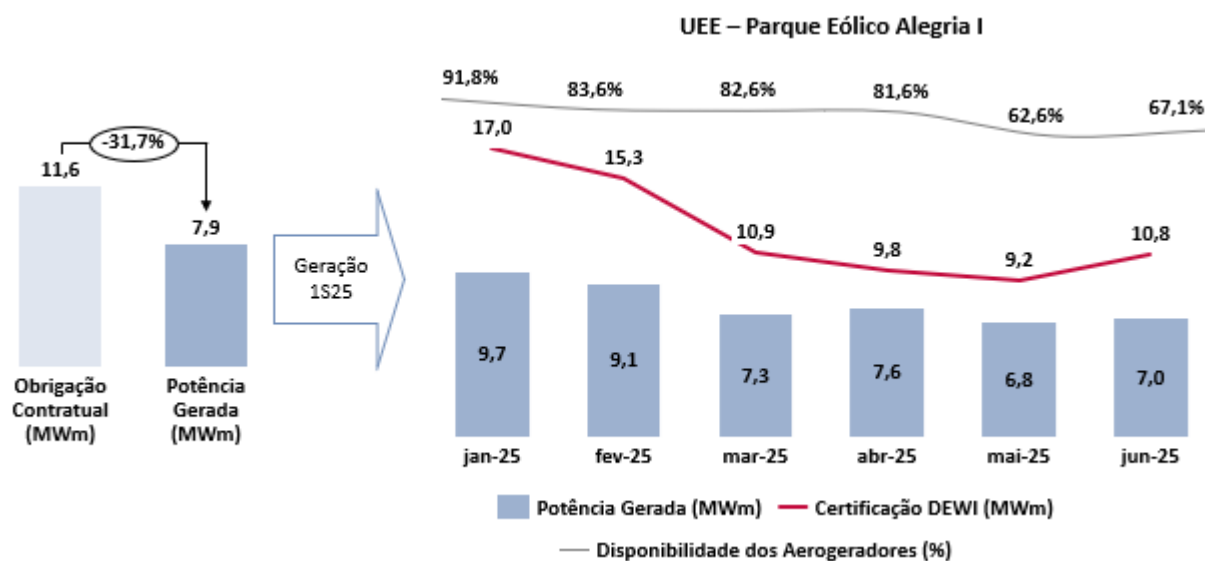
Comentário do Desempenho

A variação na geração de energia nos Parques Eólicos se deu, em sua grande maioria, pela melhora na média da velocidade dos ventos que já tinha sido observada em março de 2025 e permaneceu até junho de 2025. No 1S25 a média da velocidade dos ventos do Parque Eólico Alegria I e II foi de 12,2 versus 10,7 no 1S24, um incremento de 14% entre períodos.

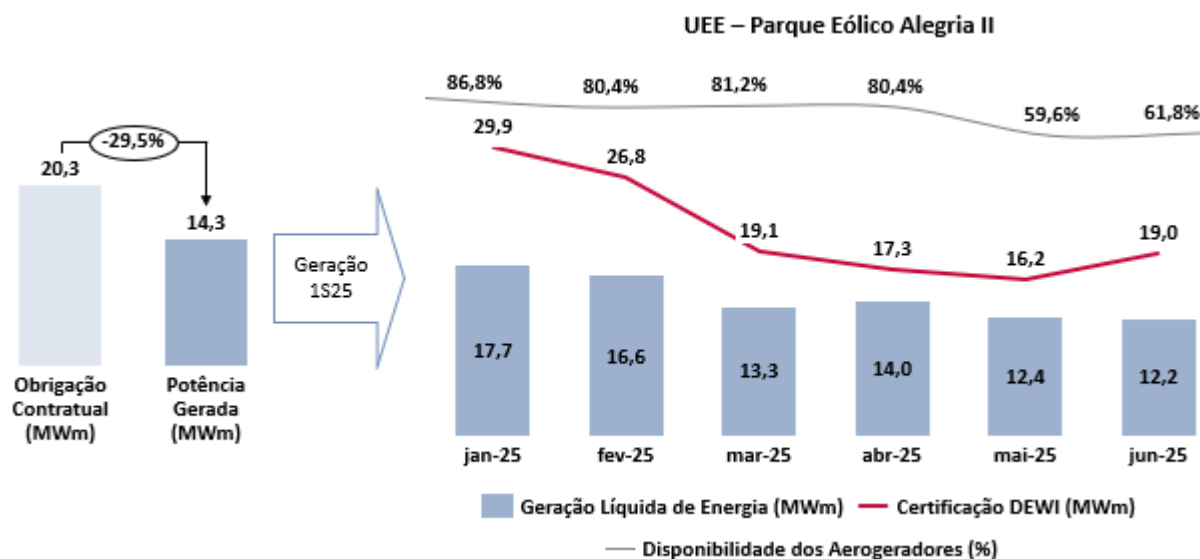
No gráfico abaixo é apresentado o comparativo da geração mensal líquida em GWh do Complexo Eólico Alegria (Parques Eólicos Alegria I e II) no 2T25 x 2T24 e 1S25 x 1S24:



Os gráficos abaixo apresentam a energia líquida contratada versus a energia líquida gerada no 1S25 dos Parques Eólicos Alegria I e II:



Comentário do Desempenho



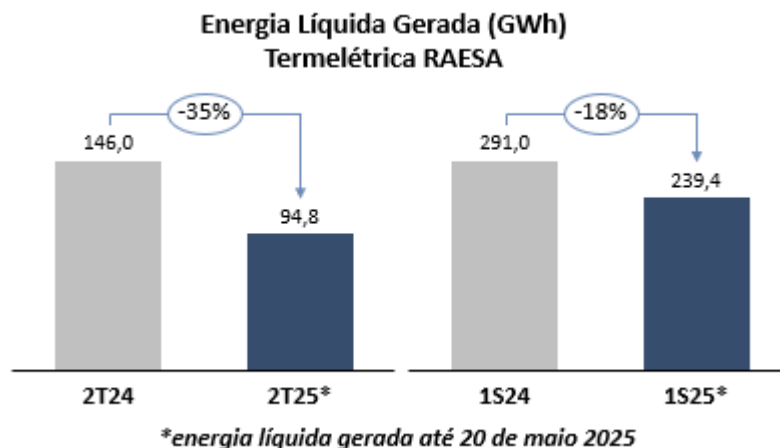
Desempenho Operacional - RAESA

A controlada indireta RAESA, atualmente, está equipada com cinco motores WÄRTSILÄ W18V50SG, equipamentos convertidos em 2021 para operar exclusivamente com Gás Natural. Essa alteração resultou em uma melhora significativa na performance dos motores, os quais agora entregam uma potência instalada de 18,35 MW cada (anteriormente, a potência instalada era de 17,08 MW). Como resultado, a potência total instalada da usina aumentou de 85,38 MW para 91,75 MW. O prazo de vigência do contrato de fornecimento de energia da controlada indireta RAESA terminou em 20 de maio de 2025, com isso, os números de geração apresentados a seguir consideram o período de operação comercial de janeiro a maio de 2025 (vide Nota Explicativa nº 1).

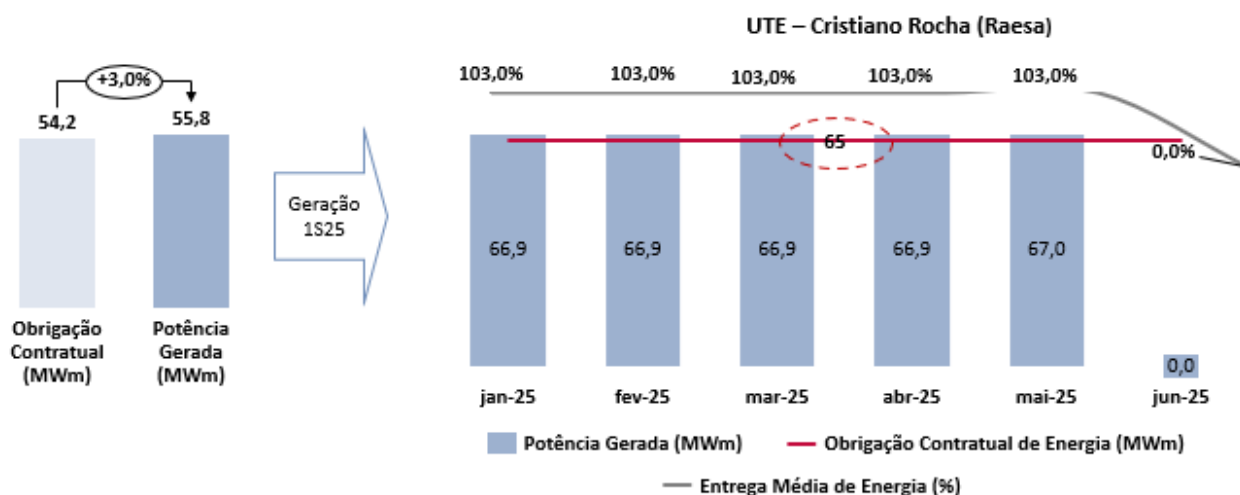
Nos meses de abril e maio de 2025 a geração média da controlada indireta RAESA foi de 67,0 MW médios e no período de janeiro a maio de 2025 a geração média foi de 66,9 MW, o que reflete um índice de atendimento médio ao contrato de 103,0%. A obrigação contratual estabelecida com a Centrais Elétricas do Norte S/A – Eletronorte é de 65,0 MW médios. O bom desempenho operacional da usina ao longo do período permitiu que o índice de cumprimento do contrato superasse os 100,0%, mantendo-se dentro dos limites contratuais estabelecidos em 103,0%. Isso ressalta a eficácia da decisão de converter os motores para consumo 100,0% a gás natural, especialmente em relação ao contínuo desempenho dos equipamentos.

Comentário do Desempenho

No gráfico abaixo é apresentado o comparativo da geração mensal líquida em GWh da controlada indireta RAESA no 2T25 x 2T24 e no 1S25 x 1S24:



O gráfico abaixo apresenta a energia líquida contratada versus a energia líquida gerada no 1S25 da controlada indireta RAESA:



Saúde, Segurança e Meio Ambiente

A gestão de Saúde, Segurança e Meio Ambiente (“SSMA”) da Multiner seguiu engajada no aprimoramento de seus processos, encerrando o 2T25 com a controlada indireta RAESA com 1.323 dias sem acidentes com afastamento registrados até maio de 2025, em razão do término do contrato de fornecimento de energia (vide Nota Explicativa n  1). Já a controlada NEO registrou o último acidente com afastamento em 30 de janeiro de 2023, dessa forma, encerrou o período com 882 dias sem acidentes com afastamento.

A Companhia entende que todos os acidentes podem e devem ser evitados, e que a excelência na busca de ambientes mais seguros, e colaboradores conscientes de suas responsabilidades sociais e

Comentário do Desempenho

ambientais, são metas permanentes da Administração. Nesse sentido a Companhia mantém um rigoroso programa de Gestão de Riscos com mapeamento detalhado de cada atividade executada na usina.

Compliance

Em consonância com a Lei 12.846/13, a Administração da Companhia, buscando estruturar-se à prevenção a fraude, governança corporativa e devida adequação aos processos internos, conta com uma estrutura de Compliance, que entre outros objetivos, busca assegurar, em conjunto com as demais áreas, a adequação e o fortalecimento do sistema de controles internos, procurando mitigar riscos de acordo com a complexidade de seus negócios e, ainda, disseminar a cultura de controles para o cumprimento das leis, contribuindo, desta forma, para o crescimento da percepção externa de valor de sua Governança Corporativa.

A Multiner é membro do IBGC – Instituto Brasileiro de Governança Corporativa e o programa de Compliance da Companhia está alicerçado nas melhores práticas de mercado observando os requisitos da ISO 19.600 (Sistema de Gestão de Compliance), ISO 37.001 (Sistema de Gestão Antissuborno) e Lei 12.846/2013 (Lei Anticorrupção). A estrutura do Programa de Compliance da Companhia é composta das seguintes linhas estratégicas: Avaliação de Riscos, Estruturação de Papéis e Responsabilidades, Código de Ética, Elaboração de Políticas e Procedimentos, Gestão de Controles Internos e Gestão de Canal de Denúncias, bem como realização de *due diligence* de fornecedores no momento de sua respectiva contratação, através de uma plataforma tecnológica.

Desempenho Econômico-Financeiro*

* Em base consolidada e em reais mil

	Consolidado				Consolidado			
	2T25	2T24	Δ R\$	Δ %	1S25	1S24	Δ R\$	Δ %
Receita operacional bruta	71.241	60.913	10.328	17%	134.148	118.817	15.331	13%
Deduções da Receita	(7.776)	(9.168)	1.392	-15%	(16.136)	(18.448)	2.312	-13%
Receita operacional líquida	63.465	51.745	11.720	23%	118.012	100.369	17.643	18%
(-) Custo operacionais	(47.371)	(42.097)	(5.274)	13%	(95.007)	(86.152)	(8.855)	10%
Resultado Bruto	16.094	9.648	6.446	67%	23.005	14.217	8.788	62%
Margem bruta	25%	19%		07 p.p.	19%	14%		05 p.p.
Despesas gerais e administrativas	(5.479)	(2.877)	(2.602)	90%	(9.371)	(5.997)	(3.374)	56%
Outras (despesas) receitas	694	1	693	69300%	694	-	694	0%
Resultado de equivalência patrimonial	-	1	(1)	-100%	-	-	-	0%
Resultado operacional antes dos efeitos financeiros	11.309	6.773	4.536	67%	14.328	8.220	6.108	74%
Receitas financeiras	34.522	48.734	(14.212)	-29%	84.086	97.336	(13.250)	-14%
Despesas financeiras	(22.499)	(49.435)	26.936	-54%	(68.989)	(81.837)	12.848	-16%
Resultado financeiro líquido	12.023	(701)	12.724	-1815%	15.097	15.499	(402)	-3%
Resultado antes do IR e CS	23.332	6.072	17.260	284%	29.425	23.719	5.706	24%
IRPJ/CSLL corrente	(9.233)	(7.039)	(2.194)	31%	(14.296)	(15.645)	1.349	-9%
IRPJ/CSLL diferido	920	921	(1)	0%	1.843	1.843	-	0%
Incentivos fiscais	6.786	4.271	2.515	59%	10.505	9.297	1.208	13%
Lucro líquido do período	21.805	4.225	17.580	416%	27.477	19.214	8.263	43%

Comentário do Desempenho

Receita Operacional Bruta

A Companhia encerrou o 2T25 com uma receita operacional bruta de R\$ 71.241 mil frente a R\$ 60.913 mil no 2T24, um acréscimo de R\$ 10.328 mil ou +17% entre períodos, sendo que desta variação: (i) R\$ 15.793 mil refere-se à melhora na entrega de energia da controlada NEO; e (ii) redução de R\$ (5.444) mil refere-se à redução da venda de energia contratada da controlada indireta RAESA, em razão do encerramento contratual ocorrido em 20 de maio de 2025 (vide Nota Explicativa nº 1).

Já em relação ao 1S25, a Companhia encerrou o período com uma receita operacional bruta total de R\$ 134.148 mil, um acréscimo de R\$ 15.331 mil ou +13% em relação ao montante de R\$ 118.817 mil apurado no 1S24, também impactado pela melhora na entrega de energia da controlada NEO no período e redução da receita operacional da controlada indireta RAESA.

	2T25	2T24	Δ R\$	Δ %	1S25	1S24	Δ R\$	Δ %
Venda de energia contratada*	64.037	48.244	15.793	33%	113.673	93.454	20.219	22%
Receita com operação e manutenção - O&M	7.191	12.635	(5.444)	-43%	20.401	25.178	(4.777)	-19%
Outras receitas operacionais	13	34	(21)	-62%	74	185	(111)	-60%
Receita operacional bruta	71.241	60.913	10.328	17%	134.148	118.817	15.331	13%

*A receita de venda de energia da controlada indireta RAESA está contabilizada no resultado financeiro, que é definida como receita de arrendamento financeiro.

Receita Operacional Líquida

Em relação à receita operacional líquida, a Companhia encerrou o 2T25 em R\$ 63.465 mil frente a R\$ 51.745 mil no 2T24, um acréscimo de R\$ 11.720 mil ou +23% também impactado pela melhora na entrega de energia da controlada NEO e redução da receita com O&M da controlada indireta RAESA apuradas no 2T25. Em relação ao 1S25, a receita operacional líquida da Companhia seguiu uma performance parecida, apresentando um acréscimo de R\$ 17.643 mil ou +18% (R\$ 118.012 mil no 1S25 frente a R\$ 100.369 mil no 1S24).

	2T25	2T24	Δ R\$	Δ %	1S25	1S24	Δ R\$	Δ %
Receita operacional bruta	71.241	60.913	10.328	17%	134.148	118.817	15.331	13%
PIS e Cofins sobre faturamento	(5.731)	(5.567)	(164)	3%	(10.319)	(11.211)	892	-8%
ICMS s/ faturamento	(1.792)	(3.156)	1.364	-43%	(5.095)	(6.347)	1.252	-20%
P&D s/faturamento	(253)	(445)	192	-43%	(722)	(890)	168	-19%
Receita operacional líquida	63.465	51.745	11.720	23%	118.012	100.369	17.643	18%

Comentário do Desempenho

Custos Operacionais

A Companhia encerrou o 2T25 com os custos operacionais no patamar de R\$ (47.371) mil, um acréscimo de R\$ (5.274) mil ou +13% frente ao montante de R\$ (42.097) mil registrado no 2T24. A variação dos custos operacionais do 2T25 foi impactada por dois motivos principais acréscimo de R\$ (3.312) relativo aos custos de depreciação e amortização em razão da mudança da vida útil dos ativos fixos da controlada indireta Raesa; e acréscimo de R\$ (926) mil de salários e encargos controlada indireta RAESA, tendo em vista o encerramento do contrato de fornecimento de energia ocorrido em 20 de maio de 2025 (vide Nota Explicativa nº 1).

Já em relação ao 1S25, os custos operacionais da Companhia totalizaram R\$ (95.007) mil frente a R\$ (86.152) mil no 1S24, uma variação de R\$ (8.855) mil ou +10% entre períodos, ocorrido, em sua maioria, pelo acréscimo de R\$ (10.663) mil dos custos de depreciação e amortização em razão da mudança da vida útil dos ativos fixos da controlada indireta Raesa, compensado pela redução de R\$ 3.466 mil nos custos de operação e manutenção em razão do trabalho do reparo das pás eólicas da controlada NEO ocorrido no 1S24 e não repetido no 1S25.

	2T25	2T24	Δ R\$	Δ %	1S25	1S24	Δ R\$	Δ %
Depreciação e Amortização	(20.834)	(17.522)	(3.312)	19%	(45.448)	(34.785)	(10.663)	31%
Operação e Manutenção	(14.929)	(15.195)	266	-2%	(29.411)	(32.877)	3.466	-11%
Encargos de uso e conexão do sistema de transmissão	(5.085)	(4.569)	(516)	11%	(10.201)	(9.058)	(1.143)	13%
Salários e encargos	(2.936)	(2.010)	(926)	46%	(4.837)	(4.035)	(802)	20%
Seguros	(1.688)	(1.581)	(107)	7%	(2.807)	(3.109)	302	-10%
Outros custos	(1.899)	(1.220)	(679)	56%	(2.303)	(2.288)	(15)	1%
Total custos operacionais	(47.371)	(42.097)	(5.274)	13%	(95.007)	(86.152)	(8.855)	10%

Despesas Gerais e Administrativas

A rubrica de despesa gerais e administrativas do 2T25 atingiu R\$ (5.479) mil, um acréscimo de R\$ (2.602) mil ou +90% em relação ao montante de R\$ (2.877) mil registrado no 2T24, impactada pelo acréscimo de R\$ (849) mil de serviços de terceiros na controlada NEO, em razão da necessidade da contratação de assessor técnico para subsidiar o FIP Multiner diante da reorganização societária em curso; e acréscimo de R\$ (1.931) mil de referente à provisão de passivos contingentes da controlada NEO que tiveram mudança de classificação de risco.

No 1S25, a rubrica de despesas gerais e administrativas totalizou R\$ (9.371) mil, um acréscimo de R\$ (3.374) mil ou +56% em relação ao montante de R\$ (5.997) mil do 1S24. O acréscimo na rubrica, no período, ocorreu basicamente pelos mesmos motivos apontados no 1T25 e pelo término do contrato de

Comentário do Desempenho

fornecimento de energia da controlada indireta RAESA ocorrido em 20 de maio de 2025 (vide Nota Explicativa nº 1).

	2T25	2T24	Δ R\$	Δ %	1S25	1S24	Δ R\$	Δ %
Serviços de terceiros	(2.239)	(1.390)	(849)	61%	(4.151)	(3.212)	(939)	29%
Depreciação	(77)	(171)	94	-55%	(86)	(307)	221	-72%
Pessoal e administradores	(1.026)	(940)	(86)	9%	(2.111)	(1.675)	(436)	26%
(Provisão) de passivos contingentes	(1.931)	-	(1.931)	0%	(2.101)	-	(2.101)	0%
Outras despesas	(206)	(376)	170	-45%	(922)	(803)	(119)	15%
Total despesas gerais e administrativas	(5.479)	(2.877)	(2.602)	90%	(9.371)	(5.997)	(3.374)	56%

Outras Receitas e Despesas Operacionais

A rubrica de outras receitas operacionais apresentou um saldo de R\$ 694 mil no 2T25 e 1S25, em razão do ressarcimento de glosa da controlada indireta RAESA ocorrido nos períodos.

EBITDA

No 2T25 a Companhia atingiu EBITDA de R\$ 11.323 mil frente a R\$ 6.789 mil no 2T24, um incremento de R\$ 4.534 mil ou +67%, já no 1S25 a Companhia atingiu um EBITDA de R\$ 60.973 frente a R\$ 44.322 mil no 1S24. A melhora do lucro líquido apurado em ambos os períodos se deu em razão do incremento na receita operacional da controlada NEO, que compensou, parcialmente, a redução da receita operacional da controlada indireta RAESA ocorrido no 2T25 e 1S25.

EBITDA	2T25	2T24	Δ R\$	Δ %	1S25	1S24	Δ R\$	Δ %
Lucro líquido do período	21.805	4.225	17.580	416%	27.477	19.214	8.263	43%
(+/-) receitas/despesas financeiras líquidas	(12.023)	701	(12.724)	-1815%	(15.097)	(15.499)	402	-3%
(+/-) tributos sobre o lucro (IRPJ/CSLL)	1.527	1.847	(320)	-17%	1.948	4.505	(2.557)	-57%
(+) depreciação, amortização e exaustão	14	17	(3)	-18%	46.645	36.102	10.543	29%
EBITDA	11.323	6.790	4.533	67%	60.973	44.322	16.651	38%
Margem EBITDA	18%	13%		05 p.p.	52%	44%		08 p.p.

Endividamento

O endividamento da Companhia é composto por debêntures públicas, Cédula de Crédito Bancário (CCB) junto a Fundos de Pensão e financiamento junto ao Banco BNB.

A Companhia encerrou o 2T25 com um endividamento bruto, no valor de R\$ 1.391.630 mil, montante 5% menor ao saldo registrado em 31 de dezembro de 2024, de R\$ 1.467.813 mil. Já em termos de caixa e disponibilidades, a Companhia encerrou o 2T25 com R\$ 669.667 mil versus R\$ 607.270 mil em 31 de dezembro de 2024, um aumento de R\$ 62.397 mil. Com isso, o saldo final apurado da dívida líquida da Companhia atingiu R\$ 721.963 mil no 2T25 frente a R\$ 860.543 mil em 31 de dezembro de 2024.

Comentário do Desempenho

	30.06.2025	31.12.2024	Δ R\$	Δ %
(+) Total de disponibilidades	669.667	607.270	62.397	10%
Caixa	346	1.445	(1.099)	-76%
Aplicações Financeiras	669.321	605.825	63.496	10%
(-) Total de empréstimos e financiamentos	1.391.630	1.467.813	(76.183)	-5%
(=) Disponibilidades (dívida) líquida	(721.963)	(860.543)	138.580	-16%

Debêntures

No 2T25 o saldo devedor das debêntures da Multiner é de R\$ 24.492 mil (R\$ 23.052 mil em 31 de dezembro de 2024), sendo contabilizado 100% no passivo circulante.

Resultado Financeiro

O resultado financeiro do 2T25 atingiu o saldo líquido positivo de R\$ 12.023 mil frente a R\$ (701) negativo no 2T24. As principais variações apuradas nas receitas financeiras entre trimestres foram: (i) redução de R\$ (18.604) mil decorrente da receita e juros sobre arrendamento financeiro referente à receita de suprimento de venda de energia do contrato firmado entre RAESA e Amazonas Energia; e (ii) acréscimo de R\$ 1.841 mil de outros juros ativos, decorrente do incremento na remuneração das aplicações financeiras. Já em relação às despesas financeiras do 2T25, a variação mais relevante entre trimestre foi a redução de R\$ 23.309 mil em juros e variações monetárias sobre empréstimos e debêntures em função do indexador IGP-M, que em 30 de junho de 2025 apresentou uma deflação de -1,67% frente a uma alta acumulada de 0,81% em 30 de junho de 2024.

No 1S25 o resultado financeiro líquido da Companhia atingiu o saldo líquido positivo de R\$ 15.097 mil frente a R\$ 15.499 mil no 1S24, uma ligeira redução de R\$ (402) mil ou -3%. As principais variações apuradas nas receitas financeiras entre semestres foram: (i) redução de R\$ (24.790) mil decorrente da receita e juros sobre arrendamento financeiro referente à receita de suprimento de venda de energia do contrato firmado entre RAESA e Amazonas Energia; e (ii) acréscimo de R\$ 11.265 mil decorrente do incremento da remuneração das aplicações financeiras. Já em relação às despesas financeiras do 1S25, as variações mais relevantes no período foram: (i) redução de R\$ 11.388 mil em juros e variações monetárias sobre empréstimos em função do indexador IGP-M, que em 30 de junho de 2025 apresentou uma deflação de -1,67% frente a uma alta acumulada de 0,81% em 30 de junho de 2024; (ii) acréscimo de R\$ (2.733) relativos a acordos com fornecedores; e (iii) redução de R\$ 4.520 mil em outras despesas financeiras referente ao IOF apurado, fruto de parcelamento tributário aderido e quitado no 1S24.

Comentário do Desempenho

	2T25	2T24	Δ R\$	Δ %	1S25	1S24	Δ R\$	Δ %
Receita sobre aplicação financeira	18.162	15.805	2.357	14,9%	41.098	29.833	11.265	37,8%
Receita e juros de arrendamento financeiro	11.977	30.581	(18.604)	-60,8%	36.447	61.237	(24.790)	-40,5%
Bônus adimplência	2.251	2.033	218	10,7%	3.853	4.108	(255)	-6,2%
Outros juros ativos	2.155	314	1.841	586,3%	2.155	1.956	199	10,2%
Outras receitas financeiras	(23)	1	(24)	-2400,0%	533	202	331	163,9%
Total receitas financeiras	34.522	48.734	(14.212)	-29%	84.086	97.336	(13.250)	-14%
Juros e variação monetária sobre empréstimos e debêntures	(12.271)	(35.580)	23.309	-65,5%	(46.059)	(57.447)	11.388	-19,8%
Acréscimos contratuais	(6.518)	(4.455)	(2.063)	46,3%	(12.711)	(9.978)	(2.733)	27,4%
Atualização de arrendamentos	(683)	(744)	61	-8,2%	(1.387)	(1.509)	122	-8,1%
Provisão para desmobilização	(1.008)	(767)	(241)	31,4%	(2.583)	(2.134)	(449)	21,0%
Outras despesas financeiras	(2.019)	(7.889)	5.870	-74,4%	(6.249)	(10.769)	4.520	-42,0%
Total despesas financeiras	(22.499)	(49.435)	26.936	-54%	(68.989)	(81.837)	12.848	-16%
Total resultado financeiro	12.023	(701)	12.724	-1815%	15.097	15.499	(402)	-3%

Comentário do Desempenho

Declaração dos Diretores

Os Diretores da Multiner S.A. declaram que reviram, discutiram e concordam com as Informações Contábeis Intermediárias individuais e consolidadas relativas ao trimestre encerrado em 30 de junho de 2025, e com as opiniões expressas no relatório de revisão de informações intermediárias da Grant Thornton Auditores Independentes Ltda.

Aviso Legal

Esse relatório foi preparado tendo como objetivo indicar e explicar a situação atual e o andamento dos negócios da Companhia. Este documento é de propriedade da Multiner S.A., e não poderá ser utilizado, para qualquer outro fim, sem a prévia autorização.

As informações contidas neste documento refletem as atuais condições e os entendimentos da Administração até a presente data, estando sujeitas a alterações. Todas as informações relevantes, ocorridas no período e utilizadas pela Administração na gestão da Companhia, estão notabilizados neste documento e nas Informações Contábeis Intermediárias Individuais e Consolidadas relativas ao trimestre encerrado em 30 de junho de 2025.

A Companhia encontra-se à disposição para eventuais dúvidas através do e-mail: ri@multiner.com.br ou através do telefone +55 11 4380-9250.

1. Contexto operacional

A Multiner S.A. (“Multiner” ou “Companhia”) é uma *holding*, constituída na forma de sociedade anônima de capital aberto, categoria B, sediada na cidade de São Paulo, na Rua Leopoldo Couto de Magalhães Jr., nº 758, 15º andar, Bairro Itaim Bibi, e tem por objetivo a participação em outras sociedades como acionista ou sócia atuante no segmento de energia elétrica.

A estrutura acionária da Companhia, de forma consolidada, é formada por: (i) 72,22% de ações detidas pelo Multiner Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia, gerido pela Polo Capital Management e administrado pela *Planner* Corretora de Valores S.A., constituído sob a forma de condomínio fechado por entidades fechadas de previdência complementar (o “FIP Multiner”), 27,78% de ações detidas pela Brasilterm Energia S.A. e Bolognesi Energia S.A. (em conjunto com a Brasilterm Energia S.A., o “Grupo Bolognesi”). Estas são divididas em ações ordinárias e preferenciais da seguinte forma: (i) Ações Ordinárias: 51,91% detidas pelo Grupo Bolognesi, 48,09% detidas pelo FIP Multiner; e (ii) Ações Preferenciais: 99,99% detidas pelo FIP Multiner e 0,01% detidas pela Bolognesi Energia S.A.

Atualmente, a Companhia participa em usina de geração de energia elétrica de fonte eólica, cuja regulamentação está subordinada à Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL), vinculada ao Ministério de Minas e Energia (MME).

Os investimentos da Companhia, em 30 de junho de 2025, possuem 151,80 MWh¹ de capacidade instalada (243,55 MWh¹ e capacidade instalada em 31 de dezembro de 2024).

Relação dos ativos de geração de energia elétrica:

Controladas	Fonte	Situação	Autorização ANEEL	Prazo do PPA		Início da Operação Comercial
				Início	Término	
New Energy Options Geração de Energia S.A. (“NEO”) – Parque Alegria I	Eólica	Em operação	Resolução nº	07/03/2005	25/12/2030	30/12/2010
New Energy Options Geração de Energia S.A. (“NEO”) – Parque Alegria II	Eólica	Em operação	Resolução nº	11/08/2004	30/08/2030	30/12/2011
Termelétrica Itapebi S.A. (“Itapebi”)	Óleo	Outorga revogada em 10/07/2012				
Termelétrica Monte Pascoal S.A. (“Monte Pascoal”)	Óleo	Outorga revogada em 10/07/2012				
Termelétrica Pernambuco IV S.A. (“Pernambuco IV”)	Óleo	Outorga revogada em 24/04/2012				
Termelétrica Termopower V S.A. (“Termopower V”)	Óleo	Outorga revogada em 13/09/2012				
Termelétrica Termopower VI S.A. (“Termopower VI”)	Óleo	Outorga revogada em 13/09/2012				

Término do contrato de suprimento de energia da controlada indireta RAESA

A controlada indireta Rio Amazonas Energia S.A. (“RAESA”), detentora do direito de uso da usina de geração de energia termelétrica a gás natural através da UTE Cristiano Rocha, integra o sistema elétrico de Manaus como produtor independente, suprindo energia elétrica à distribuidora local Amazonas Geração e Transmissão de Energia S.A. (“Amazonas Energia” ou “Amazonas GT”), subsidiária integral das Centrais Elétricas do Norte do Brasil S.A. (“Eletronorte”), sucessora da Amazonas Distribuidora de Energia S.A.

O contrato celebrado em 20 de maio de 2005 com prazo de vigência de 20 anos, com a controlada indireta Rio Amazonas Energia S.A. (“RAESA”), na qualidade de contratada, com a então contratante Manaus Energia S.A., atual “Eletronorte”, na modalidade BOT (*Build, Operate and Transfer*), prevê, ao término contratual, transferir ao contratante o ativo e todos os equipamentos de conexão da usina. O referido contrato terminou em 20 de maio de 2025, quando o empreendimento e seus ativos foram revertidos na totalidade ao patrimônio da contratante.

¹ Informação não financeira não revisada pelo auditor.

1.1. Continuidade operacional

Em 30 de junho de 2025, a Companhia apresentava patrimônio líquido negativo individual de R\$ 171.789 (R\$ 199.028 em 31 de dezembro de 2024) e consolidado de R\$ 183.547 (R\$ 211.025 em 31 de dezembro de 2024), decorrente, principalmente, dos prejuízos acumulados de R\$ 1.483.663 (R\$ 1.510.902 em 31 de dezembro de 2024), e capital circulante líquido negativo individual de R\$ 24.494 (R\$ 23.212 em 31 de dezembro de 2024) e consolidado de R\$ 505.332 (R\$ 461.169 em 31 de dezembro de 2024), em virtude, dentre outros motivos, da reclassificação de parcela do endividamento da Companhia e da controlada indireta RAESA para o passivo circulante, em razão de pendências relacionadas às dívidas, mas que não refletem em compromisso de caixa de curto prazo da Companhia e de suas controladas, devido à Companhia já estar em tratativas para regularização.

O endividamento da Companhia é preponderantemente contratado com partes relacionadas, as quais negociam, por meio do Primeiro Aditivo ao Contrato de Reorganização, conforme descrito na Nota Explicativa nº 1.2, a converter parcela significativa do endividamento das subsidiárias da Companhia em capital da Mesa Participações S.A. ou da própria Companhia, e reperfilar as amortizações para o longo prazo.

A Administração da Companhia está atuando junto aos seus credores para realizar o reperfilamento das dívidas, no intuito de equacionar a estrutura do endividamento da Companhia e suas controladas, sujeito à aprovação dos acionistas e credores.

Essa situação indica a existência de incerteza que pode levantar dúvida significativa quanto à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Considerando que a expectativa da Administração é de que a reorganização financeira ocorrerá nos termos inicialmente pactuados conforme descrito na Nota Explicativa nº 1.2, a Companhia entende que manterá a continuidade das suas operações, uma vez que a subsidiária New Energy Options Geração de Energia S.A. possui contratos firmados de compra e venda de energia elétrica de longo prazo, sendo assim, estas informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas foram preparadas com base no pressuposto da continuidade operacional.

1.2. Processo de arbitragem – Reorganização financeira

Em 28 de março de 2012, o Grupo Bolognesi firmou o contrato de compra e venda de ações da Multiner, passando a deter a maioria das ações ordinárias, e na mesma data celebrou com o FIP Multiner e seus cotistas o Contrato de Reorganização e de Financiamento da Multiner S.A. (o “Contrato de Reorganização”).

Em dezembro de 2017, foi instaurada arbitragem que visa equacionar as controvérsias societárias em virtude das obrigações previstas no Contrato de Reorganização entre os acionistas da Multiner S.A. (Brasilterm Energia e Bolognesi Energia, como Requerentes, e FIP Multiner e seus cotistas, como Requeridos), incluindo, mas não se limitando, ao pedido de inexigibilidade de certas dívidas assumidas pelos Requerentes. Em abril de 2022, houve sentença final definitiva, bem como a determinação de execução específica do Contrato de Reorganização, com obrigação de aporte por parte dos Requerentes, na forma prevista no Contrato de Reorganização.

A sentença arbitral definitiva, que está sob sigilo, determina de maneira geral o cumprimento do Contrato de Reorganização, incluindo, mas não se limitando à (i) inexigibilidade de determinados créditos conversíveis (Cédulas Créditos Bancários) e dívidas (mútuos) entre a Companhia e algumas Partes relacionadas, até que haja a respectiva compensação entre si, seja por meio de conversão em capital ou outra forma ajustada entre as Partes, bem como (ii) à obrigação de aportes na Companhia pelo acionista Bolognesi e Brasilterm Energia, dentre outros.

Em agosto de 2022, as partes firmaram o “Termo de Compromisso para Suspensão Temporária de Demandas” (“Termo de Compromisso”) no qual as partes assumiram o compromisso recíproco de (i) não praticar, durante a vigência do referido instrumento, quaisquer atos, medidas judiciais, extrajudiciais ou arbitrais que visem a discutir ou exigir o cumprimento da Sentença Arbitral; e (ii) enviar seus melhores esforços para chegarem a um acordo definitivo, abrangendo as demandas e/ou disputas entre as partes.

No exercício de 2024, diante da decisão arbitral proferida e do Termo de Compromisso, a Companhia reclassificou para exigível a longo prazo o montante de R\$ 302.132, conforme Notas Explicativas nºs 1.4 e 8.1(b), as obrigações contratuais financeiras relativas às debêntures e CCBs.

Em Assembleia Geral de Cotistas, Multiner Fundo de Investimento em Participações ("FIP"), iniciada em 07 de agosto de 2023 e encerrada em 19 de janeiro de 2024, aprovaram a celebração pelo FIP do Instrumento Particular de Transação, Quitação e Outras Avenças com o Grupo Bolognesi, para fins de implementar o encerramento das relações societárias creditícias e de qualquer outra natureza estabelecidas entre o Grupo Bolognesi, de um lado, e o FIP, de outro, no âmbito do grupo Multiner e MESA.

Em 11 de abril de 2024, as Partes (Bolognesi e FIP Multiner), celebraram o Instrumento Particular de Transação, Quitação e Outras Avenças, para fins de buscar a construção de uma solução extrajudicial que implementará o objetivo atual do FIP de desinvestimento estruturado na Multiner, com a consequente suspensão de toda e qualquer demanda judicial, arbitral ou extrajudicial entre as partes pelo prazo de 180 dias, prorrogáveis por mais 90 dias, sendo certo que o FIP realizou a contratação pelo Fundo de assessores jurídicos, técnicos e financeiros para esta transação. O Instrumento Particular de Transação, Quitação e Outras Avenças contém diligências em andamento pelas partes da assinatura até o fechamento.

Em 08 de janeiro de 2025, as Partes (Bolognesi e FIP Multiner), celebraram o 1º aditivo do Instrumento Particular de Transação, Quitação e Outras Avenças, que estende o prazo da data limite do Termo de Compromisso previsto até 1º de março de 2025.

Em 28 fevereiro de 2025, as Partes (Bolognesi e FIP Multiner) celebraram o 2º aditivo do Instrumento Particular de Transação, Quitação e Outras Avenças, que estende o prazo da data limite do Termo de Compromisso previsto até 31 de março de 2025.

Até a data desse relatório, o prazo previsto encontra-se vencido e as partes encontram-se em tratativas para efeito de continuidade.

1.3. Programa de Compliance da Companhia

A Administração da Companhia, em consonância com a Lei nº 12.846/13, estruturou o seu Programa de Integridade, que estabelece um conjunto de ações preventivas, de monitoramento e controle, visando aprimorar o conjunto de boas práticas adotadas para o fortalecimento da governança corporativa, assim como a devida adequação dos processos internos, para melhoria da eficiência na prevenção de fraudes. Com esse objetivo, no final de 2016, foi criada a área de Compliance, que a partir do *report* direto à alta direção da Companhia, é responsável pela supervisão das atividades de controle, a avaliação da eficácia destes, a aplicação de testes sobre os pontos de controles internos, a condução do processo de auditoria interna, além do acompanhamento do processo de remediação dos problemas identificados.

Por outro lado, a Companhia vem sempre atualizando suas políticas, estabelecendo rotinas de controle de processos e normas gerais de funcionamento de diversas atividades, de forma a definir seus objetivos de controle, avaliando a efetividade da estrutura de controle criada e a operacionalidade desta. Atenta às necessidades de melhoria nos processos, vem fortalecendo a supervisão do Relacionamento com Fornecedores, adotando prévia análise destes. Adicionalmente, vem instituindo mecanismos que possibilitam detectar eventuais falhas nos processos e estabelecendo plano de ações para sua melhoria contínua. Destaca-se, no plano geral, dentro do Programa de Integridade, a implantação do Código de Conduta Ética e Profissional, que tem por objetivo prevenir, detectar e evitar irregularidades praticadas contra a Companhia ou contra terceiros, assegurando que as relações com os stakeholders, colaboradores, clientes e fornecedores sejam conduzidas com ética e transparência.

A Companhia também conta com o Canal da Ética. Trata-se de um serviço de comunicação independente, por meio do qual é possível registrar relatos sobre ações e condutas que não estão em conformidade com o Código de Conduta Ética e Profissional da Companhia. As informações relatadas são recebidas por uma empresa independente, o que garante o sigilo e tratamento adequado dos relatos e, depois, encaminhados à área de Compliance para o processo de investigação, conforme delegação do Conselho. Em complemento à estrutura do Canal da Ética, a Companhia possui um Comitê de Ética, formado por representantes de diferentes áreas, o qual tem como responsabilidades a análise dos resultados das investigações, a aplicação de medidas corretivas, no que couber, assim como a atualização do próprio Código de Conduta Ética e Profissional.

O acesso ao Canal da Ética pode ser realizado via site: www.aloetica.com.br/bolognesienergia. ou, ainda, pelo e-mail: bolognesienergia@aloetica.com.br, disponíveis 24 horas por dia, 7 dias da semana. Como alternativa, a Companhia oferece acesso ao Canal da Ética, pelo telefone 0800 000 1388, com atendimento pelo operador, nos dias úteis, das 9hs às 17hs. Fora desse horário, o manifestante poderá fazer seu relato por meio de mensagem gravada.

1.4. Obrigações contratuais financeiras e não financeiras

De acordo com o Termo de Compromisso, os saldos das obrigações contratuais financeiras e não financeiras, relativas às dívidas conversíveis e parte dos empréstimos e financiamentos da Companhia e sua controlada indireta RAESA, foram reclassificados para o passivo não circulante, até a decisão final das negociações.

Nos termos do primeiro aditivo ao Contrato de Reorganização, os credores Fundiágua (debêntures Multiner), Postalís e Spesi (NEO e RAESA) estão obrigados a votar favoravelmente à rolagem da dívida por períodos sucessivos adicionais até a efetiva capitalização indireta em créditos na Companhia e/ou na Mesa Participações S.A., controlada indireta da Bolognesi Energia S.A., controladora direta da Companhia. Tais credores também possuem obrigação de conversão de dívida em capital na Companhia e/ou na Mesa Participações S.A., mas ainda sujeito às negociações que estão em andamento.

2. Base de preparação e apresentação das informações contábeis

As informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas da Companhia, contidas no Formulário de Informações Trimestrais (ITR), referentes a 30 de junho de 2025, foram preparadas de acordo com a NBC (Normas Brasileiras de Contabilidade) TG 21 – Demonstração Intermediária e com a norma internacional de contabilidade IAS 34 – *Interim Financial Reporting*, emitida pelo *International Accounting Standards Board* ("IASB"), e apresentada de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais (ITRs). Essas informações contábeis intermediárias foram preparadas para atualizar os usuários sobre os eventos e transações relevantes ocorridos no período e devem ser analisadas em conjunto com as demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2024.

A emissão das informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas foram autorizadas pelo Conselho de Administração em 07 de agosto de 2025 e apreciadas pelo Conselho Fiscal em 12 de agosto de 2025.

Todos os valores apresentados nestas demonstrações financeiras estão expressos em milhares de reais. As informações foram preparadas e estão apresentadas em Reais (R\$), que é a moeda funcional e de apresentação da Companhia e de suas controladas. A moeda funcional foi determinada em função do ambiente econômico primário de suas operações.

As transações em moeda estrangeira, isto é, todas aquelas que não foram realizadas na moeda funcional da Companhia, foram convertidas para a moeda funcional pela taxa de câmbio da data em que as transações foram realizadas. Os saldos de ativos e passivos monetários em moeda estrangeira são reavaliados para a moeda funcional da Companhia pela taxa de câmbio na data-base dos balanços.

A apresentação da Demonstração do Valor Adicionado (DVA), individual e consolidada, é requerida pela legislação societária brasileira e pelas práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis a companhias abertas. A DVA foi preparada de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - "Demonstração do Valor Adicionado". As IFRS não requerem a apresentação dessa demonstração. Como consequência, pelas IFRS, essa demonstração está apresentada como informação suplementar, sem prejuízo do conjunto das demonstrações contábeis.

A Companhia consolida todas as entidades sobre as quais detém o controle, isto é, quando está exposta ou possui direitos a retornos variáveis de seu envolvimento com as controladas e capacidade de administrar atividades relevantes.

As empresas controladas incluídas na consolidação estão descritas nas Notas Explicativas nºs 3 e 13, e as políticas contábeis aplicadas na elaboração das informações contábeis intermediárias devem ser analisadas em conjunto com as demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2024 e do período findo em 30 de junho de 2025.

3. Entidades do Grupo

Controladas diretas

As informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas compreendem as informações da Companhia e de suas controladas (conjuntamente referidas como “Grupo”), a seguir relacionadas:

Controladas diretas	Participação acionária	
	30/06/2025	31/12/2024
New Energy Options Geração de Energia S.A.	100,00%	100,00%
2007 Participações S.A.	96,04%	96,04%
Termelétrica Itapebi S.A.	100,00%	100,00%
Termelétrica Monte Pascoal S.A.	100,00%	100,00%
Termelétrica Pernambuco IV S.A.	100,00%	100,00%
Termelétrica Termopower V S.A.	100,00%	100,00%
Termelétrica Termopower VI S.A.	100,00%	100,00%

Controlada indireta

A Companhia possui controle indireto sobre a Rio Amazonas Energia S.A. (“RAESA”) através do investimento em sua *holding* 2007 Participações S.A., que, por sua vez, detém 99,99% de participação acionária na RAESA em 30 de junho de 2025. Assim, a participação acionária indireta da Companhia na RAESA é de 96,04%.

Controlada indireta	Participação acionária	
	30/06/2025	31/12/2024
Rio Amazonas Energia S.A. (“RAESA”)	100,00%	100,00%

Controlada em conjunto (“joint ventures”)

Participação contabilizada pelo método de equivalência patrimonial, conforme demonstrado a seguir:

Controlada em conjunto	Participação acionária	
	30/06/2025	31/12/2024
Companhia Energética do Uruguai S.A. – (“CEU”)	71,00%	71,00%

Apesar da Companhia possuir a maior parte das ações com direito de voto na CEU, a Companhia não possui o poder de governar de forma independente as políticas financeiras e operacionais dessa controlada em conjunto, em razão de acordo firmado com os demais investidores. Consequentemente, a Companhia aplica o CPC 18 – Investimento em Coligada, em Controlada e em Empreendimento Controlado em Conjunto, CPC 36 – Demonstrações Consolidadas e ICPC 09 – Demonstrações Financeiras Individuais, Demonstrações Separadas, Demonstrações Consolidadas e Aplicação do Método de Equivalência Patrimonial, que estabelece a contabilização de investimentos em controladas e coligadas, e define os requisitos para aplicação do método da equivalência patrimonial quando da contabilização de investimentos em coligadas, em controladas e em empreendimentos controlados em conjunto (*joint ventures*).

A Companhia Energética do Uruguai S.A. (CEU) é a desenvolvedora do projeto Usina Hidrelétrica de Energia (“UHE”) Iraí, ou seja, possui a autorização da ANEEL para realizar os estudos de viabilidade para a implantação de uma UHE nas margens do Rio Uruguai. A CEU está elaborando estudos para obtenção de licença prévia até 2025.

A posição patrimonial da respectiva controlada em conjunto está demonstrada conforme descrito na Nota Explicativa nº 13.



Notas explicativas da Administração às informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas
Referentes aos períodos findos em 30 de junho de 2025 e 2024
(valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

4. Caixa e equivalentes de caixa

	Controladora		Consolidado	
	30.06.2025	31.12.2024	30.06.2025	31.12.2024
Bancos	7	47	346	1.445
Aplicação financeira (i)	15	4	669.321	605.825
Total	22	51	669.667	607.270

- (i) As aplicações financeiras estão concentradas em Certificados de Depósito Bancário ("CDBs") e Fundos de Investimento de Renda Fixa e são remuneradas a taxas atreladas ao Certificado de Depósito Interbancário ("CDI"), possuindo aplicações com liquidez diária e outras ainda em carência sem perda de rendimento com o próprio emissor. Essas aplicações são remuneradas a uma taxa média ponderada de 100,57% do CDI em 30 de junho 2025 (100,32% do CDI em 31 de dezembro de 2024).

5. Contas a receber

	Consolidado	
	30.06.2025	31.12.2024
Amazonas Distribuidora de Energia S.A. (i)	9.865	41.862
Empresa Brasileira de Part. em Energia Nuclear e Binacional S.A. (ii)	26.131	26.131
Outras contas a receber	4.119	4.753
(-) Perdas Estimadas com créditos de Liquidação Duvidosa (PECLD) (iii)	(3.303)	(3.303)
Total	36.812	69.443

Circulante 36.812 69.443

- (i) Recebível da controlada indireta RAESA refere-se ao faturamento até maio de 2025 a ser liquidado até agosto de 2025, em razão do encerramento do contrato de fornecimento de energia ocorrido em 20 de maio de 2025 (vide Nota Explicativa nº 1);
- (ii) Recebíveis da controlada NEO referem-se ao faturamento de maio a junho de 2025, a serem liquidados em julho e agosto de 2025, respectivamente; e
- (iii) O valor das perdas estimadas com créditos de liquidação refere-se a R\$ 393 oriundos de reembolsos de Contrato de Uso do Sistema de Transmissão - CUST da controlada indireta RAESA e R\$ 2.910 refere-se ao saldo residual a receber da Energética Comercializadora de Energia, relativo à operação da venda de crédito de energia em março de 2017, da controlada NEO, apresentado em outras contas a receber. A conta não apresentou movimentação entre períodos.

6. Adiantamento a fornecedores

	Controladora		Consolidado	
	30.06.2025	31.12.2024	30.06.2025	31.12.2024
Adiantamento a fornecedor nacional (i)	15	9	1.378	2.939
Adiantamento a fornecedor internacional (ii)	-	-	193	602
Outros adiantamentos	112	-	179	-
Total	127	9	1.750	3.541
Circulante	127	9	1.750	3.541

- (i) A variação na rubrica refere-se, principalmente, a adiantamentos com o fornecedor da controlada NEO, referente à aquisição de peças para reparo nas pás; e
- (ii) A variação refere-se, a baixa de adiantamento a fornecedores da controlada indireta RAESA.

7. Tributos a recuperar

	Controladora		Consolidado	
	30.06.2025	31.12.2024	30.06.2025	31.12.2024
IRPJ (i)	131	123	34.305	41.309
IRRF (i)	42	42	8.666	7.007
CSLL (i)	-	-	12.822	8.798
COFINS (ii)	85	103	19.204	17.375
PIS (ii)	21	24	4.144	3.773
Outros impostos a recuperar	1	1	122	184
Total	280	293	79.263	78.446
Circulante	280	293	21.709	17.728
Não circulante	-	-	57.554	60.718

- (i) Os montantes apresentados no consolidado estão concentrados na controlada indireta RAESA, que detém R\$ 44.914 (R\$ 47.856 em 31 de dezembro de 2024) de créditos dos períodos de 2009 a 2022 de origem de saldos negativos de IRPJ e CSLL e órgãos públicos e IRRF de aplicações financeiras, sendo R\$ 26.502 (R\$ 24.236 em 31 de dezembro de 2024) relativos a créditos de 2009 a 2015, atualizados até junho de 2025, os quais estão em processo administrativo na Receita Federal do Brasil para restituição e R\$ 2.086 (R\$ 5.605 em 31 de dezembro de 2024) relativos a créditos de 2021 a 2022 de saldos negativos de IRPJ e CSLL, os quais estão em PER/DCOMP, sendo utilizados conforme são apurados débitos no exercício; e
- (ii) A controlada indireta RAESA registrou, em 2021, o valor do indébito tributário relativo à exclusão do ICMS da base de cálculo das contribuições do PIS e da COFINS, período de 2010 a 2014, referendada pelos seus assessores legais, considerando todos os aspectos contratuais, regulatórios e jurídicos. Sendo assim, a controlada indireta RAESA apurou o montante de contribuições a recuperar de R\$17.564, acrescidos de atualização pela SELIC. O saldo corrigido até junho de 2025 é de R\$ 21.633 (R\$ 21.019 em 31 de dezembro de 2024). Por essas razões a controlada indireta RAESA está buscando o cumprimento de sentença da decisão favorável, para que, por conseguinte, seja expedido eventual precatório. Os demais créditos apresentados referem-se a insumos e depreciação.

A metodologia de utilização dos créditos segue critérios estabelecidos pela legislação vigente e a classificação entre circulante e não circulante segue a expectativa de realização pela Companhia com base nas projeções financeiras.

A expectativa de realização do saldo de tributos a recuperar pode ser assim apresentada:

	Consolidado
	30.06.2025
2025	21.709
2026	28.777
A partir de 2027	28.777
Total	79.263



Notas explicativas da Administração às informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas
Referentes aos períodos findos em 30 de junho de 2025 e 2024
(valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

8. Partes relacionadas

As transações realizadas entre partes relacionadas foram contratadas em condições comerciais negociadas e pactuadas entre as partes.

8.1. Mútuos com partes relacionadas

a) Saldos ativos

	Controladora					Consolidado				
	30.06.2025			31.12.2024		30.06.2025			31.12.2024	
	Empréstimos mútuos a receber	Serviços compartilhados a pagar	Empréstimos mútuos a pagar	Empréstimos mútuos a receber	Empréstimos mútuos a pagar	Empréstimos mútuos a receber	Serviços compartilhados a pagar	Empréstimos mútuos a pagar	Empréstimos mútuos a receber	Empréstimos mútuos a pagar
2007 Participações S.A.	153	-	-	148	-	-	-	-	-	-
Bolognesi Energia S.A. (i)	324.617	-	-	324.617	-	324.617	-	-	324.617	-
Central Energética Palmeiras S.A. (ii)	65.158	-	-	65.158	-	65.158	-	-	65.158	-
Cia Energética do Uruguai S.A. (iii)	19.256	-	-	19.256	-	19.256	-	-	19.256	-
Hidrotérmica S.A.	-	1	-	-	-	-	1	-	-	-
Vêneto Energética S.A.	-	7	-	-	-	-	7	-	-	-
Da Ilha Energética S.A.	-	20	-	-	-	-	20	-	-	-
Criuva Energética S.A.	-	1	-	-	-	-	1	-	-	-
Serrana Energética S.A.	-	1	-	-	-	-	1	-	-	-
Boa Fé Energética S.A.	-	4	-	-	-	-	4	-	-	-
São Paulo Energética S.A.	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
FUNDIÁGUA – Fundação de Previdência Complementar (iv)	-	-	14.067	-	14.067	-	-	14.067	-	14.067
New Energy Options Geração de Energia S.A. (v)	1.381	-	15.123	226	15.093	-	-	-	-	-
Postalis - Inst de Seg Soc Correio e Tel Conversível (vi)	-	-	-	-	-	-	-	288.065	-	288.065
Rio Amazonas Energia S.A.	-	1.007	65.748	-	57.931	-	-	-	-	-
Termelétrica Itapebi S.A.	935	-	-	935	-	-	-	-	-	-
Termelétrica Monte Pascoal S.A.	935	-	-	935	-	-	-	-	-	-
Termelétrica Pernambuco III S.A. (vii)	33.126	-	-	33.126	-	33.126	-	-	33.126	-
	445.561	1.041	94.938	444.401	87.091	442.157	34	302.132	442.157	302.132
Provisão para valor recuperável										
(-) Provisão para perda - Bolognesi	(30.104)	-	-	(30.104)	-	(30.104)	-	-	(30.104)	-
(-) Provisão para perda - Outros (não consolida)	(3.001)	-	-	(3.001)	-	(3.001)	-	-	(3.001)	-
(-) Provisão para perda - Outros (consolida)	(935)	-	-	(935)	-	(935)	-	-	(935)	-
	(34.040)	-	-	(34.040)	-	(34.040)	-	-	(34.040)	-
Total	411.521	1.041	94.938	410.361	87.091	408.117	34	302.132	408.117	302.132



Notas Explicativas

Notas explicativas da Administração às informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas
Referentes aos períodos findos em 30 de junho de 2025 e 2024
(valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Controladora		Controladora		Consolidado		Consolidado	
30.06.2025		31.12.2024		30.06.2025		31.12.2024	
Ativo	Passivo	Ativo	Passivo	Ativo	Passivo	Ativo	Passivo
Serviços compartilhados	-1.041	-	-	-	34	-	-
Partes relacionadas	-94.938	-	87.091	-	302.132	-	302.132
Empréstimos recebidos	-	410.361	-	408.117	-	408.117	-
Total	95.979	410.361	87.091	408.117	302.166	408.117	302.132

- (i) A composição dos valores registrados para a Bolognesi Energia S.A. são conforme segue:

	Consolidado	
	30.06.2025	31.12.2024
Assunção de dívida Pernambuco III (a)	144.676	144.676
Juros e IOF (a)	133.647	133.647
Assunção de dívida antigos sócios (b)	22.283	22.283
Juros e IOF (b)	24.011	24.011
Total	324.617	324.617

- (a) No decorrer dos exercícios de 2012 e 2013, a Multiner S.A. enviou recursos financeiros para Pernambuco III, com garantia fidejussória de Bolognesi Energia S.A., os quais foram aplicados na construção da Usina Termelétrica Pernambuco III. Em 22 de março de 2013, a Bolognesi Energia S.A. assumiu a dívida da Usina Termelétrica Pernambuco III com a Companhia, de modo a viabilizar a captação de recurso via emissão de debêntures. Em 2015, a aplicação dos recursos foi objeto de auditoria por empresa especializada contratada pelo FIP Multiner, que validou a destinação deles.

Esse valor, acrescido de juros de 105% do CDI, deveria ter sido utilizado no momento da capitalização na Mesa S.A., controlada indireta da Bolognesi Energia S.A., conforme cláusula 2.2.2.1 do 1º Aditivo ao Contrato de Reorganização e Financiamento da Companhia, assinado em 14 de julho de 2014, desde que cumprida as condições prévias ali expostas. As obrigações previstas, e não adimplidas pelas partes, estão em discussão conforme a decisão do procedimento de arbitragem proferida em abril de 2022. Em agosto de 2022, as partes firmaram o Termo de Compromisso para Suspensão Temporária de Demandas, conforme Nota Explicativa nº 1.2.

Cabe destacar ainda que, sobre o montante, houve a incidência de Imposto sobre Operação Financeira (IOF), os quais foram devidamente registrados e recolhidos.

(a) e (b) Os montantes tiveram suas atualizações congeladas desde dezembro de 2017, conforme discussões arroladas no procedimento de arbitragem (Nota Explicativa 1.2).

- (b) A parcela relacionada à assunção de dívida dos antigos sócios corresponde ao passivo assumido pela Bolognesi Energia S.A., o qual era devido anteriormente pelos antigos controladores da Multiner, quando da aquisição da participação acionária da Companhia 44 de Negócios S.A., JABR Participações S.A. e Companhia de Investimento Resultado;
- (ii) Em setembro de 2014 a Companhia enviou R\$ 41.044 à Central Energética Palmeiras S.A. através de contrato de mútuos celebrado entre as partes com incidência de juros equivalente a 103% do CDI, os montantes foram atualizados até dezembro de 2017, conforme discussões no procedimento de arbitragem (Nota Explicativa nº 1.2);
- (iii) Saldo composto por AFACs realizados pela Companhia nos períodos de 2011 a 2018, os quais, em decorrência do decurso do prazo para conversão de AFAC em capital, foram convertidos em mútuos, sendo o principal de R\$ 7.030, mais juros e IOF de R\$ 9.805. Estão incluídos no saldo os valores de contrato de fruição de R\$ 2.037 e despesas a ratear entre os acionistas de R\$ 384;
- (iv) Refere-se à liquidação de debêntures detidas pela Fundiágua em face da controladora Multiner S.A. em conversão de capital, as quais foram declaradas inexigíveis, de acordo com sentença arbitral proferida em abril de 2022;
- (v) Saldo de R\$ 1.381 em 30 de junho de 2025 refere-se ao compartilhamento de despesas a receber da controlada NEO (R\$ 226 em 31 de dezembro de 2024);

- (vi) Refere-se à obrigação de conversão da dívida em capital da controlada NEO, conforme cláusula do Contrato de Reorganização. As obrigações previstas, e não adimplidas pelas partes (Bolognesi e FIP Multiner), estão em negociação, conforme a decisão proferida em abril de 2022 no procedimento arbitral. Em maio de 2022, as partes (Bolognesi e FIP Multiner) firmaram o Termo de Compromisso para Suspensão Temporária de Demandas, conforme Nota Explicativa nº 1.2, e, dessa forma, a controlada NEO reclassificou os saldos para o não circulante, em decorrência da inexigibilidade de determinados créditos conversíveis (Cédulas Créditos Bancários) e dívidas (mútuos) entre a controlada NEO e algumas partes relacionadas, até que haja a respectiva compensação entre si, seja por meio de conversão em capital ou outra forma ajustada entre as partes. A partir de 20 de dezembro de 2017, o montante deixou de ser atualizado dentro das características de empréstimos e financiamentos acrescidos de juros equivalentes de 105% do CDI. Os valores envolvidos nesta discussão não são corrigidos, dado que a materialização destas dívidas em valor superior ao registrado não é considerada provável na avaliação dos assessores jurídicos;
- (vii) Recursos financeiros enviados pela Companhia para a Termelétrica Pernambuco III entre os períodos de 2013 a 2015, para compra de óleo HFO e pagamento de serviços de operação e manutenção da usina. O valor está composto do principal de R\$ 21.000, acrescido de juros e IOF de R\$ 12.126. Esses montantes tiveram sua atualização suspensa em dezembro de 2017 conforme discussões no procedimento de arbitragem (Nota Explicativa nº 1.2).

A Companhia deixou de remunerar as transações entre partes relacionadas referentes aos saldos ativos em aberto devido à não previsão de sua realização até a presente data, dado que tais saldos se encontram em processo de negociação. Contudo, resguarda o seu direito de pleitear a totalidade dos créditos que estão em discussão, inclusive os juros, conforme previsão contratual, independentemente do seu tratamento contábil.

A Companhia mantém provisão para perda ao valor recuperável equivalente às estimativas de perdas de créditos esperadas para parcela dos ativos em negociação. Estas estimativas são reavaliadas periodicamente pela Companhia para garantir que os impactos sejam apropriadamente refletidos em suas demonstrações financeiras.

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2019, a Companhia reconheceu provisão para perda ao valor recuperável, no montante de R\$ 25.106, equivalente à diferença dos saldos ativos das empresas Bolognesi Energia S.A., Termelétrica Pernambuco III e Central Energética Palmeiras S.A. e saldos passivos das CCBs conversíveis da Postalis nas controladas NEO e RAESA e das debêntures conversíveis Fundiágua. Todavia, já que não há previsão de efeito de caixa, somado ao fato que estão em negociação, decorrente da decisão proferida em abril de 2022 no Procedimento Arbitral CMA 520 instaurado para resoluções e entendimento de obrigações previstas no Contrato de Reorganização e de Financiamento da Companhia, está alinhado com o descritivo contido na Nota Explicativa nº 1.2.

Os montantes encontram-se em negociação entre as partes e, a partir da decisão definitiva, será possível avaliar as medidas que devem ser tomadas, para solucionar o Contrato de Reorganização e suas obrigações acessórias diretamente atreladas, bem como o reflexo tempestivo nas demonstrações financeiras.

Não obstante a essas informações, a Companhia mantém o recolhimento do imposto incidente para todas as transações entre as partes relacionadas, conforme legislação vigente.

Durante o primeiro semestre de 2025, a Companhia recebeu recursos da controlada NEO e da controlada indireta RAESA referentes ao contrato de rateio de despesas celebrado entre as partes. Os montantes recebidos contemplam a alocação de despesas de folha de pagamento e rateio de gastos administrativos (aluguéis, condomínio, serviços de terceiros, entre outros). O efeito das despesas reembolsadas no resultado da Companhia durante o período foi de R\$ 1.938 (R\$ 4.991 em 31 de dezembro de 2024).

b) Saldos passivos

	Controladora		Consolidado	
	30.06.2025	31.12.2024	30.06.2025	31.12.2024
Fundiágua (i)	14.067	14.067	14.067	14.067
Postalis (i)	-	-	288.065	288.065
Rio Amazonas Energia S.A. (ii)	65.748	57.931	-	-
New Energy Options Geração de Energia S.A. (ii)	15.123	15.093	-	-
Serviços compartilhados	1.041	-	34	-
Total	95.979	87.091	302.166	302.132

- (i) Refere-se à obrigação de conversão da dívida em capital, conforme cláusula do Contrato de Reorganização. As obrigações previstas, e não adimplidas pelas partes, estão em negociação, conforme a decisão proferida em abril de 2022 no procedimento arbitral. Em agosto de 2022, as partes firmaram o Termo de Compromisso para Suspensão Temporária de Demandas, conforme Nota Explicativa nº 1.2 e, dessa forma, a Companhia reclassificou os saldos para o não circulante, em decorrência da inexigibilidade de determinados créditos conversíveis (Cédulas Créditos Bancários) e dívidas (mútuos) entre a Companhia e algumas partes relacionadas, até que haja a respectiva compensação entre si, seja por meio de conversão em capital ou outra forma ajustada entre as partes. A partir de 20 de dezembro de 2017, o montante deixou de ser atualizado dentro das características de empréstimos e financiamentos acrescidos de juros equivalentes de 105% do CDI. Os valores envolvidos nesta discussão não são corrigidos, dado que a materialização destas dívidas em valor superior ao registrado não é considerada provável na avaliação dos assessores;
- (ii) A composição dos valores apresentados refere-se a transações de mútuos realizados, conforme aprovado na previsão orçamentária. Tais transações possuem vigência de dois anos e são remuneradas a 105% do CDI, conforme negociação específica entre as partes.

c) Reconhecimento de juros na demonstração do resultado

	Controladora	
	30.06.2025	31.12.2024
Rio Amazonas Energia S.A.	4.034	5.845
New Energy Options Geração de Energia S.A.	956	1.286
Total	4.990	7.131

8.2. Remuneração de pessoal-chave da Administração

O impacto no resultado da remuneração estabelecida aos Administradores da Companhia está apresentado na tabela a seguir:

	Consolidado	
	30.06.2025	30.06.2024
Administradores (pró-labore)	1.148	580
Conselho de Administração e Fiscal	639	664
Total	1.787	1.244

9. Arrendamento

9.1. Arrendamento – arrendador

A Administração da Companhia avaliou que o contrato de suprimento de energia, firmado com a Amazonas Geração e Transmissão de Energia S.A. (“Amazonas Energia” ou “Amazonas”), contém um arrendamento conforme os critérios contidos na norma contábil.

O arrendamento financeiro a receber, decorrente desse contrato, é remunerado pela taxa de retorno de 5,73% a.a. em 30 de junho de 2025 e 31 de dezembro de 2024, de acordo com a projeção do valor presente dos recebimentos futuros, líquidos dos impostos sobre faturamentos, descontados dos custos de construção das usinas.

Os recebimentos mínimos futuros, atualizados pela variação anual do IGP-M, conforme previsão contratual, descontados pela taxa de retorno do arrendamento. Em maio de 2025 foram liquidados os saldos de arrendamento.

	Consolidado	
	30.06.2025	31.12.2024
Leasing financeiro	-	22.463
Total	-	22.463
Circulante	-	22.463

A movimentação da conta durante o período foi como segue:

	Consolidado	
	30.06.2025	31.12.2024
Saldo inicial	22.463	65.714
Baixas	-	(2.637)
Receita financeira	315	2.816
Amortização	(22.778)	(43.430)
Saldo final	-	22.463

O fluxo de pagamento pode ser assim demonstrado:

	Consolidado	
	30.06.2025	31.12.2024
Até 1 ano	-	22.463
Total	-	22.463

A controlada indireta RAESA utilizou os ativos enquanto o contrato de suprimento de energia firmado entre as partes vigorou. A reversão da UTE Cristiano Rocha para a Amazonas Energia ocorreu em maio de 2025, quando se encerrou o contrato entre RAESA e AMAZONAS ENERGIA (vide Nota Explicativa nº 1).

O aumento da amortização (vide Nota Explicativa nº 24 (iv)) deve-se à mudança de vida útil do arrendamento, que antes estava limitada ao período de novembro de 2026, e foi alterada para a vida útil estabelecida pelo contrato de suprimentos de energia que findou em 20 de maio de 2025 (vide Nota Explicativa nº 1).

9.2. Arrendamento – arrendatário

A Companhia possui contratos de arrendamentos referentes à locação de terrenos onde estão instalados os aerogeradores dos parques eólicos Alegria I e Alegria II e arrendamentos de imóveis, equipamentos de informática e veículos.

Os valores referentes ao reconhecimento inicial do direito de uso dos ativos arrendados e das obrigações assumidas para os contratos de arrendamento mercantil, e respectivas movimentações, estão demonstrados a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	30.06.2025	31.12.2024	30.06.2025	31.12.2024
Saldo inicial	-	106	17.950	18.670
Amortização	-	(106)	(2.464)	(3.679)
Remensuração	-	-	1.900	2.959
Saldo final	-	-	17.386	17.950
Circulante			872	874
Não circulante			16.514	17.076

Direito de uso	Consolidado
Saldo em 31 de dezembro de 2024	12.227
Amortização	(1.048)
Atualização	157
Saldo em 30 de junho de 2025	11.336

Para determinação do valor justo dos contratos de arrendamentos de terrenos, aplicou-se a taxa de desconto de 11,16% a.a., considerando custo de capital de terceiros, ponderado pelo WACC regulatório do período.

Adicionalmente, a Companhia considerou nos cálculos o prazo contratual, sendo, em sua maioria, com término em 2030.

A movimentação da conta durante o período foi como segue:

	Consolidado	
	30.06.2025	31.12.2024
Saldo inicial	17.950	18.670
Variação monetária/juros	1.900	2.959
Pagamentos	(2.464)	(3.679)
Saldo final	17.386	17.950
Circulante	872	874
Não circulante	16.514	17.076

Os pagamentos mínimos futuros compreendem os montantes devidos pela Companhia ao arrendador pela obrigação oriunda da transferência do direito de uso do ativo durante o prazo de arrendamento.

Em 30 de junho de 2025, são conforme segue:

	Fluxo de pagamento futuro	
	Consolidado	
	30.06.2025	31.12.2024
1 ano	872	874
2 anos	1.744	1.988
3 anos	2.616	2.982
4 a 5 anos	4.360	4.590
Mais de 5 anos	7.794	7.516
Total	17.386	17.950

A Companhia aplicou a isenção de reconhecimento de arrendamento de curto prazo, ou seja, arrendamentos cujo prazo seja igual ou inferior a 12 meses a partir da data de início e que não contenha opção de compra para o ativo arrendado. Também aplicou a isenção para arrendamentos que possuem baixo valor por conjunto de bens arrendados.

Para o período findo em 30 de junho de 2025, o montante consolidado reconhecido como despesas de arrendamentos de curto prazo, e arrendamentos de baixo valor, foi de R\$ 481 e referem-se aos arrendamentos de máquinas e equipamentos, equipamentos de informática e veículos.

10. Estoque

O saldo de estoque refere-se a peças para manutenção e reposição das usinas em operação e são apresentados conforme seguem:

	Consolidado	
	30.06.2025	31.12.2024
Estoques (i)	16.608	32.384
Perda estimada com crédito de liquidação duvidosa - PECLD (ii)	(10.198)	(10.198)
Total	6.410	22.186

- (i) Do saldo apresentado, R\$ 6.410 refere-se ao saldo de peças de manutenção da controlada NEO e R\$ 10.198 refere-se ao estoque de peças de manutenção dos motores que não serão mais utilizados com perda estimada com crédito de liquidação duvidosa da controlada indireta RAESA. A variação de R\$ 15.861 refere-se a reversão do estoque corrente em razão do encerramento do contrato de fornecimento de energia ocorrido em 20 de maio de 2025 (vide Nota Explicativa nº 1) da controlada indireta RAESA.
- (ii) Refere-se ao reconhecimento da provisão de perda estimada para determinadas peças de manutenção dos motores que não serão mais utilizados para manter as atividades operacionais da empresa, devido à conclusão do projeto de conversão dos motores para 100% gás natural da controlada indireta RAESA.

11. Propriedades para investimento

As propriedades para investimento da Companhia consistem em terrenos, no Município de Cabo de Santo Agostinho/PE, onde seriam instaladas as Termelétricas Monte Pascoal e Itapebi e em Santa Rita/PB, onde seria instalada a Termelétrica Termopower VI, controladas cujas outorgas foram revogadas.

a) Posição

	Controladora		Consolidado	
	30.06.2025	31.12.2024	30.06.2025	31.12.2024
Cabo de Santo Agostinho/PE	840	840	840	840
Santa Rita/PB	2.603	2.603	2.603	2.603
Total	3.443	3.443	3.443	3.443

A Companhia avalia o valor justo com base em preços observáveis de mercado, ajustados, se necessário, à natureza, localização e condições destes terrenos.

Os laudos de avaliação são emitidos por avaliadores externos independentes, com licença reconhecida e pertinente. O método para mensuração do valor justo utilizado para esta avaliação foi o Método Comparativo Direto de Mercado, o qual analisa e compara elementos semelhantes ou assemelhados ao avaliando, com objetivo de encontrar a tendência de formação de seus preços.

Por fim, concluiu-se, com base nos laudos emitidos e considerando a reversão do *impairment* no montante de R\$ 58, durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2024, decorrente da desvalorização das terras localizadas em Cabo de Santo Agostinho/PE, que o valor justo líquido do custo de negociação desses ativos é de R\$ 3.443. A Companhia está avaliando a melhor utilização para os referidos terrenos.

12. Intangível

O intangível é composto pelos ativos identificados em combinação de negócios e por gastos relativos a softwares, conforme demonstrado a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	30.06.2025	31.12.2024	30.06.2025	31.12.2024
<i>Power Purchase Agreement</i> ("PPA") (i)	-	-	54.050	58.897
Software	19	20	760	848
Outros intangíveis	113	113	113	113
Total	132	133	54.923	59.858

- (i) Refere-se ao intangível relacionado aos contratos de longo prazo de comercialização de energia da controlada NEO e que estão sendo amortizados ao longo de sua vigência contratual de 20 anos, com previsão de término em agosto de 2030 (Alegria I) e dezembro de 2030 (Alegria II).

A movimentação pode ser assim apresentada:

	Controladora			Consolidado			
	Projetos	Software	Total	PPA 1	Software	Outros	Total
Saldo inicial	113	20	133	58.897	848	113	59.858
Amortização	-	(1)	(1)	(4.847)	(88)	-	(4.935)
Saldo final	113	19	132	54.050	760	113	54.923



Notas explicativas da Administração às informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas

Referentes aos períodos findos em 30 de junho de 2025 e 2024
(valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

13. Investimento e provisão para perda de investimentos

13.1. Controladora – Investimentos e provisão para perda de investimentos

A provisão para perda de investimento é composta pelo valor do passivo a descoberto das controladas no período, conforme apresentado:

Informações sobre a investida em 30/06/2025	2007 Participações S.A (i)	NEO	CEU	Itapebi	Termelétrica Monte Pascoal	Termelétrica Pernambuco IV	Termelétrica Termopower V	Termelétrica Termopower VI	Total
Ativo circulante	678.437	60.682	-	48	4	-	-	-	
Ativo não circulante	205.953	709.945	11.121	22.391	6.009	-	-	-	
Passivo circulante	985.282	233.984	-	123	35	583	1	1	
Passivo não circulante	141.992	692.635	24.055	54.031	1.020	112	8	9	
Receita líquida	14.152	103.860	-	-	-	-	-	-	
Resultado do exercício	5.997	30.104	-	(524)	(13)	(65)	-	-	
Patrimônio líquido	(242.884)	(155.992)	(12.934)	(31.715)	4.958	(695)	(9)	(10)	
Percentual de participação	96,04%	100,00%	71,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	
Provisão para perda de investimento em 31/12/2023	(287.041)	(166.795)	(9.181)	(29.105)	-	(601)	(6)	(8)	(492.737)
Investimentos em 31/12/2023	-	-	-	-	6.763	-	-	-	6.763
Equivalência patrimonial	(3.258)	(19.302)	1	(2.085)	(1.792)	(29)	(3)	(3)	(26.471)
Provisão para perda de investimento em 31/12/2024	(290.299)	(186.097)	(9.180)	(31.190)	-	(630)	(9)	(11)	(517.416)
Investimentos em 31/12/2024	-	-	-	-	4.971	-	-	-	4.971
Equivalência patrimonial	5.756	30.103	-	(524)	(13)	(65)	-	-	35.257
Provisão para perda de investimento em 30/06/2025	(284.543)	(155.994)	(9.180)	(31.714)	-	(695)	(9)	(11)	(482.146)
Investimentos em 30/06/2025	-	-	-	-	4.958	-	-	-	4.958

(i) Informações consolidadas que incluem a posição financeira da controlada indireta RAESA.

13.2. Consolidado – provisão para perda de investimento

Em 30 de junho de 2025, o saldo consolidado da provisão para perda de investimentos apresentado no passivo não circulante refere-se à participação da Companhia na controlada em conjunto CEU no montante de R\$ 9.180.

13.3. Controladora – ativo

	Monte Pascoal
Investimento em 31/12/2024	4.971
Equivalência patrimonial	(13)
Investimento em 30/06/2025	4.958

14. Depósitos vinculados

Os depósitos vinculados referem-se a aplicações financeiras de Certificados de Depósitos Bancários (CDBs), firmados em garantias que visam assegurar o pagamento de obrigações da Companhia e suas controladas.

A composição do saldo dos depósitos vinculados é como segue:

		Consolidado	
	Remuneração	30.06.2025	31.12.2024
CDBs – BNB (i)	96,15% CDI	30.996	29.135
CDBs Renda Fixa – BNB (i)	96,15% CDI	64.183	60.502
Daycoval	100% CDI	40.803	38.451
Bradesco (ii)	100,5% CDI	12.409	11.658
Genial (ii)	100% CDI	5.990	5.629
Conta reserva garantia (ONS) (iii)	98% CDI	3.691	3.694
Total		158.072	149.069

(i) Refere-se à aplicação financeira em CDBs emitidos pelo Banco do Nordeste do Brasil (“BNB”), vinculada ao Contrato de Abertura de Crédito do próprio BNB, para o financiamento do empreendimento Alegria I, firmado em 22 de setembro de 2009 e para o financiamento do empreendimento Alegria II, firmado em 22 de dezembro de 2010, respectivamente. Os saldos nas instituições Daycoval e Bradesco referem-se à aplicação financeira em garantia à Carta Fiança emitida por essas instituições em favor do BNB;

(ii) Conta Escrow constituída conforme cláusulas contratuais, vinculada ao credor Celos, onde serão realizados 6 (seis) aportes semestrais, de acordo com a parcela do mês, para resgate ao final do contrato da controlada NEO; e

(iii) O saldo refere-se ao contrato de garantia junto à ONS, das obrigações decorrentes do pagamento dos encargos de uso do sistema de transmissão referente ao Contrato de Uso do Sistema de Transmissão (“CUST”). Na hipótese de inadimplemento de quaisquer das obrigações assumidas pela controlada NEO e pela controlada indireta RAESA, as controladas deverão efetuar o pagamento das importâncias que forem devidas. Esta conta está segregada de caixa e equivalentes de caixa por não ter liquidez imediata. O saldo da conta reserva da controlada indireta RAESA continua disponível até o novo operador do ativo constituir uma nova garantia.

15. Imobilizado

A composição do imobilizado é apresentada conforme segue:

Itens	Taxa de Depreciação (%)	Custo	Ajuste ao valor recuperável	Depreciação acumulada	Controladora	
					30.06.2025	31.12.2024
					Valor residual	Valor residual
Móveis e utensílios	10,0%	40	-	(29)	11	12
Máquinas e equipamentos	10,0%	831	-	(662)	169	181
Total		871	-	(691)	180	193

Itens	Taxa de Depreciação a.a. (%)	Custo	Ajuste ao valor recuperável	Depreciação acumulada	Consolidado	
					30.06.2025	31.12.2024
					Valor residual	Valor residual
Terrenos	0,0%	656	-	-	656	656
Edificações, obras civis e benfeitorias (i) e (ii)	32,5%	112.570	-	(109.135)	3.435	23.131
Máquinas e equipamentos (ii) e (iii)	4,0%	1.079.543	-	(612.242)	467.301	487.859
Móveis e utensílios	11,81%	127	-	(95)	32	39
Custo para Desmobilização (iv)	4,9%	11.337	-	(6.359)	4.978	5.258
Mais Valia (PPANEO) (v)	3,3%	30.830	-	(7.878)	22.952	23.465
Total		1.235.063	-	(735.709)	499.354	540.408

- (i) Investimento da controlada indireta RAESA referente ao projeto de conversão dos motores para operação em 100% gás natural. A conversão do primeiro motor teve início em setembro de 2020, com a entrada em operação em janeiro de 2021, e término em setembro de 2021, com a conclusão da conversão dos 5 motores remanescentes;
- (ii) Anualmente a Companhia realiza avaliação com assessores externos dos ativos das controladas com outorgas revogadas, a fim de garantir que o registro contábil esteja de acordo com o valor recuperável (R\$ 42.664 – Itapebi, R\$ 1.028 – Monte Pascoal, R\$ 10.307 – Termopower V e R\$ 81 – Termopower VI);
- (iii) Saldo refere-se, substancialmente, aos ativos fixos da controlada NEO, que compreende o complexo eólico Alegria I e Alegria II. A gestão do ativo fixo imobilizado da controlada NEO visa atender às determinações da Resolução ANEEL nº 674/2015 e do Manual de Controle Patrimonial do Setor Elétrico (MCPSE), os quais devem ser utilizados pelas empresas do setor de energia elétrica;
- (iv) Obrigação contratual da controlada NEO, referente aos custos de desmontagem e remoção dos bens e de restauração do local no qual está localizado o complexo eólico Alegria I e Alegria II. Esses custos são amortizados conforme o prazo do PPA (vide Nota Explicativa nº 19); e
- (v) Refere-se à mais-valia de ativos imobilizados originados na aquisição de controle da controlada NEO no exercício de 2017.

A movimentação do imobilizado é apresentada conforme segue:

	Controladora		
	Máquinas e equipamentos	Móveis e utensílios	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2024	182	11	193
Depreciação	(13)	-	(13)
Saldo em 30 de junho de 2025	169	11	180

Itens	Consolidado						Total
	Edificações, obras civis e benfeitorias	Maquinas e equipamentos	Móveis e utensílios	Custo desmobilização	Terrenos	Mais valia	
Saldo em 31 de dezembro de 2024	23.131	487.859	39	5.258	656	23.465	540.408
Depreciação	(19.696)	(20.558)	(7)	(280)	-	(513)	(41.054)
Saldo em 30 de junho de 2025	3.435	467.301	32	4.978	656	22.952	499.354

16. Fornecedores

	Controladora		Consolidado	
	30.06.2025	31.12.2024	30.06.2025	31.12.2024
Fornecedor nacional (i)	122	137	170.995	158.599
Fornecedor internacional	-	-	1.687	1.675
Outros fornecedores	-	-	2.398	2.731
Total	122	137	175.080	163.005
Circulante	122	137	10.288	10.919
Não circulante	-	-	164.792	152.086

- (i) Saldo apresentado no consolidado, refere-se substancialmente à dívida da controlada indireta RAESA junto à Vibra Energia no montante original de R\$ 221.000, decorrente de compra de óleo, não quitada em decorrência do não ressarcimento para a RAESA dos valores equivalentes por parte da Conta de Consumo de Combustível – CCC-ISOL. Em dezembro de 2021, foi firmado acordo de renegociação de dívidas com a Vibra Energia S.A. e, dessa forma, o valor do passivo foi reduzido para R\$ 150.000. Esse valor será pago da seguinte forma: R\$ 20.000, já liquidados em dezembro de 2021; mais 41 parcelas fixas, mensais e consecutivas de R\$ 768, vencendo a primeira em janeiro de 2022 e a última quitada em maio de 2025. Durante o período de janeiro a maio de 2025 foram efetuados pagamentos no montante de R\$ 3.804 e reconhecida a atualização financeira por INPC no montante de R\$ 12.706 (R\$ 18.824 em 31 de dezembro de 2024).

O pagamento do saldo remanescente de R\$ 99.000 está condicionado à obtenção de decisão favorável à RAESA, com trânsito em julgado, no Mandado de Segurança nº 0029183-21.2009.4.01.3400, que trata dos valores pendentes a receber do CCC ISOL. Caso a RAESA não obtenha êxito em receber os valores em questão, as partes acordaram que a referida parcela da dívida estará integralmente quitada. Dessa forma, a RAESA efetuou uma reversão, no exercício findo em 31 de dezembro de 2021, do passivo pelo valor do desconto definitivo obtido, no valor de R\$ 71.000, reconhecido como descontos obtidos. Em agosto de 2022 a RAESA obteve o reprocessamento parcial dos saldos envolvidos no CCC-ISOL no montante de R\$ 89.000 recebidos até dezembro de 2023. O saldo atualizado do CCC-ISOL em 30 de junho de 2025 é de R\$ 163.384 (R\$ 154.518 em 31 de dezembro de 2024).

17. Obrigações tributárias e impostos diferidos

17.1. Obrigações tributárias

As obrigações tributárias referem-se aos impostos correntes e impostos em parcelamentos e são apresentados conforme seguem:

	Controladora		Consolidado	
	30.06.2025	31.12.2024	30.06.2025	31.12.2024
IOF a recolher	437	436	446	454
ICMS a recolher (i)	-	-	41	4.285
CSLL a recolher	-	-	1.546	-
COFINS a recolher	-	-	1.279	2.275
PIS a recolher	-	-	296	452
IRRF retido a recolher	-	1	53	46
PCC retido a recolher	4	2	161	175
INSS retido a recolher	-	-	454	531
Outros	-	-	60	-
ISS retido a recolher	-	-	40	93
Parcelamento tributos federais	-	-	-	60
Total	441	439	4.376	8.371
Circulante	441	439	4.376	8.371

- (i) A redução do ICMS a recolher ocorreu em razão do encerramento do contrato de fornecimento de energia ocorrido em 20 de maio de 2025 da controlada indireta RAESA (vide Nota Explicativa nº 1).

17.2. Impostos diferidos

Os impostos diferidos referem-se ao imposto de renda e contribuição social diferidos decorrente da apuração de mais-valia dos ativos tangíveis e intangíveis, da combinação de negócios da Companhia na aquisição de controle e ações da controlada NEO, a ser amortizado até 2030, período do PPA, conforme apresentado a seguir:

	Consolidado	
	30.06.2025	31.12.2024
Tributos diferidos – passivo	24.695	26.538
Total	24.695	26.538
Não circulante	24.695	26.538

A expectativa de realização do saldo de impostos diferidos pode ser assim apresentada:

	Consolidado	
	30.06.2025	31.12.2024
Até 31 de dezembro de 2025	3.687	3.687
Após 2026	21.008	22.851
Total	24.695	26.538



18. Empréstimos, financiamentos e debêntures

O saldo de empréstimos, financiamentos e debêntures em 30 de junho de 2025 é composto da seguinte forma:

				Controladora					
				30.06.2025			31.12.2024		
Financiadores / Credores	Empresa	Modalidade	Valor Contratação	Saldo Devedor	Saldo Devedor Circulante	Saldo Devedor Não Circulante	Saldo Devedor	Saldo Devedor Circulante	Saldo Devedor Não Circulante
Bolognesi Energia S.A.	Multiner	Debêntures	3.000	24.492	24.492	-	23.052	23.052	-
		Total	3.000	24.492	24.492	-	23.052	23.052	-

Consolidado						
Modalidade	30.06.2025			31.12.2024		
	Empréstimo	Captação	Passivo	Empréstimo	Captação	Passivo
Debêntures	24.492	-	24.492	23.052	-	23.052
CCBs	1.114.271	(2.064)	1.112.207	1.172.003	(2.760)	1.169.243
Financiamento	257.519	(2.588)	254.931	278.363	(2.845)	275.518
Total	1.396.282	(4.652)	1.391.630	1.473.418	(5.605)	1.467.813



Notas Explicativas

				Consolidado					
				30.06.2025			31.12.2024		
Financiadores / Credores	Empresa	Atividade	Valor Contratação	Saldo Devedor	Saldo Devedor Circulante	Saldo Devedor Não Circulante	Saldo Devedor	Saldo Devedor Circulante	Saldo Devedor Não Circulante
Bolognesi Energia S.A.	Multiner	Debêntures	3.000	24.492	24.492	-	23.052	23.052	-
FIDIC (1º emissão) (i)	RAESA	CCBs	138.000	532.213	532.213	-	549.270	460.118	89.152
FIDIC (2º emissão) (i)	RAESA	CCBs	54.090	383.937	383.937	-	408.136	405.934	2.202
Fundos de Pensão (2º emissão) (i)	RAESA	CCBs	12.000	56.269	56.269	-	53.307	53.307	-
Fundos de Pensão (ii)	NEO	CCBs	231.200	141.852	48.247	93.605	161.289	53.256	108.033
Banco do Nordeste do Brasil	NEO	Financiamento	648.749	257.519	45.843	211.676	278.364	42.270	236.094
Total				1.396.282	1.091.001	305.281	1.473.418	1.037.937	435.481
Custo de Transação				(4.652)	(2.064)	(2.588)	(5.605)	(2.760)	(2.845)
Total				1.391.630	1.088.937	302.693	1.467.813	1.035.177	432.636

(i) A Companhia está em tratativas com os detentores das CCBs para repactuação das dívidas, a fim de equalizar a sua estrutura de endividamento. Spesi e Celos estão com suas negociações em andamento. As partes se comprometeram a empenhar seus melhores esforços para concluir as negociações para um acordo definitivo. Em 03 de outubro de 2024, a controlada indireta RAESA foi comunicada pela Spesi I sobre a cessão de crédito entre Postalis (Cedente) e Spesi I Fundo de Investimento Creditórios Não Padronizado Multissetorial de Responsabilidade Ltda. (Cessionária) referente aos direitos relativos aos créditos de titularidade do Cedente, incluindo as respectivas garantias fidejussórias e acessórias, com exceção da garantia de Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios, que não será cedida e será liberada pelo Cedente concomitantemente à cessão de Cédula de Crédito Bancário nºs 4883, 4884 e 4885. O montante de R\$ 89.152 apresentado em 31 de dezembro de 2023 em partes relacionadas (vide Nota Explicativa nº 8) foi reclassificado para empréstimos e financiamentos. Em 31 de dezembro de 2024 a Faceb foi incorporada pela Néos Previdência Complementar. No primeiro trimestre de 2025, a controlada indireta RAESA foi comunicada pela Spesi I sobre a cessão de crédito entre Prece (Cedente) e Spesi I Fundo de Investimento Creditórios Não Padronizado Multissetorial de Responsabilidade Ltda. (Cessionária) referente aos direitos relativos aos créditos de titularidade do Cedente, incluindo as respectivas garantias fidejussórias e acessórias.

(ii) Refere-se aos financiamentos do BNB, firmado para financiar os empreendimentos Alegria I e II.

As principais características dos empréstimos, financiamentos e debêntures são apresentadas a seguir:

Financiadores / Credores	Empresa	Modalidade	Consolidado				
			Valor Contratação	Taxas	Data Contratação	Início	Término
Bolognesi Energia S.A.	Multiner	Debêntures	3.000	9,50% a.a + IGPM	31/05/2010	31/10/2010	01/07/2016
Spesi	Raesa	CCB	15.000	10% a.a + IGPM	20/04/2006	15/06/2007	15/05/2016
Spesi	Raesa	CCB	15.000	10% a.a + IGPM	20/04/2006	15/06/2007	15/05/2016
Spesi	Raesa	CCB	15.000	10% a.a + IGPM	20/04/2006	15/06/2007	15/05/2016
Spesi	Raesa	CCB	15.000	10% a.a + IGPM	20/04/2006	15/06/2007	15/05/2016
Spesi	Raesa	CCB	15.000	10% a.a + IGPM	20/04/2006	15/06/2007	15/05/2016
Spesi	Raesa	CCB	15.000	10% a.a + IGPM	20/04/2006	15/06/2007	15/05/2016
Spesi	Raesa	CCB	15.000	10% a.a + IGPM	20/04/2006	15/06/2007	15/05/2016
Spesi	Raesa	CCB	15.000	10% a.a + IGPM	20/04/2006	15/06/2007	15/05/2016
Spesi	Raesa	CCB	15.000	10% a.a + IGPM	20/04/2006	15/06/2007	15/05/2016
Spesi	Raesa	CCB	3.000	10% a.a + IGPM	20/04/2006	15/06/2007	15/05/2016
Spesi	Raesa	CCB	4.000	9% a.a + IGP-M	26/09/2006	15/11/2016	15/10/2026
Spesi	Raesa	CCB	1.000	9% a.a + IGP-M	27/09/2006	15/11/2016	15/10/2026
Spesi	Raesa	CCB	1.000	9% a.a + IGP-M	28/09/2006	15/11/2016	15/10/2026
Spesi	Raesa	CCB	2.000	9% a.a + IGP-M	29/09/2006	15/11/2016	15/10/2026
Spesi	Raesa	CCB	2.000	9% a.a + IGP-M	29/09/2006	15/11/2016	15/10/2026
Spesi	Raesa	CCB	1.000	9% a.a + IGP-M	02/10/2006	15/11/2016	15/10/2026
Spesi	Raesa	CCB	1.000	9% a.a + IGP-M	02/10/2006	15/11/2016	15/10/2026
Spesi	Raesa	CCB	1.500	9% a.a + IGP-M	03/10/2006	15/11/2016	15/10/2026
Spesi	Raesa	CCB	1.500	9% a.a + IGP-M	03/10/2006	15/11/2016	15/10/2026
Spesi	Raesa	CCB	1.000	9% a.a + IGP-M	25/10/2006	15/01/2017	15/11/2026
Spesi	Raesa	CCB	1.000	9% a.a + IGP-M	27/10/2006	15/01/2017	15/11/2026
Spesi	Raesa	CCB	1.000	9% a.a + IGP-M	30/10/2006	15/01/2017	15/11/2026
Spesi	Raesa	CCB	1.000	9% a.a + IGP-M	06/11/2006	15/01/2017	15/11/2026
Spesi	Raesa	CCB	1.000	9% a.a + IGP-M	06/11/2006	15/01/2017	15/11/2026
Spesi	Raesa	CCB	1.000	9% a.a + IGP-M	14/11/2006	15/01/2017	15/11/2026
Spesi	Raesa	CCB	1.000	9% a.a + IGP-M	16/11/2006	15/01/2017	15/12/2026
Spesi	Raesa	CCB	5.000	9% a.a + IGP-M	17/11/2006	15/01/2017	15/12/2026
Spesi	Raesa	CCB	1.500	9% a.a + IGP-M	21/11/2006	15/01/2017	15/12/2026
Spesi	Raesa	CCB	2.500	9% a.a + IGP-M	27/11/2006	15/01/2017	15/12/2026
Spesi	Raesa	CCB	1.500	9% a.a + IGP-M	14/12/2006	15/02/2017	15/01/2027
Spesi	Raesa	CCB	2.000	9% a.a + IGP-M	20/12/2006	15/02/2017	15/01/2027
Spesi	Raesa	CCB	6.500	9% a.a + IGP-M	22/12/2006	15/02/2017	15/01/2027
Spesi	Raesa	CCB	6.090	9% a.a + IGP-M	22/12/2006	15/02/2017	15/01/2027
Spesi	Raesa	CCB	6.000	9% a.a + IGP-M	28/12/2006	15/02/2017	15/01/2027
Spesi	Raesa	CCB	1.000	9% a.a + IGP-M	27/12/2006	15/02/2017	15/01/2027
Celos	Raesa	CCB	12.000	8% a.a + IGPM	10/10/2006	10/10/2016	15/10/2026
Celos	Neo	CCB	20.000	8% a.a + IGP-M	06/05/2008	25/06/2010	25/05/2028
Néos	Neo	CCB	5.000	9% a.a + IGP-M	14/05/2008	14/05/2008	25/05/2028
Néos	Neo	CCB	12.200	9% a.a + IGP-M	01/08/2008	01/08/2008	25/08/2028
Metrus	Neo	CCB	1.000	9% a.a + IGP-M	01/11/2007	01/11/2007	25/10/2027
Metrus	Neo	CCB	1.000	9% a.a + IGP-M	01/11/2007	01/11/2007	25/10/2027
Metrus	Neo	CCB	1.000	9% a.a + IGP-M	01/11/2007	01/11/2007	25/10/2027
Metrus	Neo	CCB	1.000	9% a.a + IGP-M	01/11/2007	01/11/2007	25/10/2027
Metrus	Neo	CCB	1.000	9% a.a + IGP-M	01/11/2007	01/11/2007	25/10/2027
Metrus	Neo	CCB	1.000	9% a.a + IGP-M	01/11/2007	01/11/2007	25/10/2027
Petros	Neo	CCB	100.000	9,65% + IGP-M	07/05/2008	07/05/2008	25/05/2028
Postalis Conversível	Neo	CCB	50.000	9% a.a + IGP-M	14/12/2007	14/12/2007	25/10/2027
Postalis Conversível	Neo	CCB	38.000	9% a.a + IGP-M	25/06/2008	25/06/2008	25/10/2027
Banco do Nordeste do Brasil	Neo	CCB	250.000	7,5% a.a.	22/09/2009	22/01/2021	22/09/2029
Banco do Nordeste do Brasil	Neo	CCB	398.749	7,5% a.a.	22/09/2009	23/01/2021	23/12/2030
Total			1.087.039				

Movimentação Debêntures

	Controladora	
	30.06.2025	31.12.2024
Saldo inicial	23.052	19.874
Juros sobre debêntures	1.297	2.672
Variação monetária debêntures	143	506
Saldo final	24.492	23.052

Movimentação empréstimos

	Consolidado	
	30.06.2025	31.12.2024
Saldo inicial	1.444.761	1.440.407
Pagamento de principal	(86.808)	(65.279)
Pagamento de juros	(36.350)	(75.575)
Juros sobre empréstimos	45.042	96.981
Variação monetária	(460)	46.300
Amortização de custo de transação	953	1.927
Saldo final	1.367.138	1.444.761

Cláusulas restritivas - covenants

Em decorrência da reestruturação financeira, conforme Nota Explicativa nº 1.2, a Companhia e suas subsidiárias estão negociando, junto aos credores, para que parte das dívidas consolidadas, ainda remanescentes, sejam convertidas em capital ou alongadas.

As CCBs da controlada indireta RAESA possuem determinadas cláusulas restritivas que, de acordo com a reestruturação financeira, considera que todas as CCBs estão vigentes e não tiveram vencimento antecipado, com exceção das CCBs da Celos Multifuturo Fundo de Investimento Multimercado. A Companhia reforça que existem tratativas de acordo em andamento, todavia, ainda não finalizadas. Atendendo ao princípio de conservadorismo, as CCBs foram reclassificadas para circulante e, definido o fluxo pós negociação, terão seus devidos tratamentos.

A controlada NEO deve divulgar periodicamente o Índice de Cobertura de Serviço da Dívida (ICSD), bem como manter o índice igual ou superior a 1,2, além de fornecer laudo de avaliação, no encerramento de cada exercício, de determinados ativos por força de cláusula contratual da CCB 6082 de titularidade do Fundo de Investimento Multimercado Petros Crédito Privado ("Petros").

Em 30 de junho de 2025, a controlada NEO encontra-se em conformidade com as cláusulas restritivas firmadas com o credor.

Garantias dos financiamentos

As seguintes garantias foram fornecidas aos credores em função das operações de financiamento da Companhia:

- Cessão dos direitos creditórios decorrentes dos recebíveis dos empreendimentos de RAESA e NEO;
- Alienação fiduciária dos equipamentos de NEO e Itapebi;
- Fianças bancárias em favor do BNB em NEO;
- Seguro de conclusão das obras dos projetos descontratados referentes a Pernambuco IV, Termopower V e Termopower VI, Monte Pascoal e Itapebi;
- Aplicações financeiras em NEO;
- Penhor dos direitos emergentes da resolução autorizativa e dos contratos de compra e venda de energia dos seus empreendimentos de NEO e RAESA;
- Penhor das ações da Sociedade de NEO;
- Fianças da Companhia, Bolognesi Energia S.A.; e
- Hipoteca do terreno da RAESA no valor de R\$ 630.

De acordo com a decisão proferida em 05 de abril de 2022, no procedimento arbitral, conforme Nota Explicativa nº 1.2, no que se refere ao acordo de reorganização financeira, a Companhia está renegociando o pagamento das CCBs, que se encontram vencidas, junto aos seus credores, para que fique alinhado com sua capacidade de pagamento.

Em Assembleia Geral de Debenturistas, realizada em 11 de junho de 2015, 100% dos debenturistas, da 2ª emissão de 18 debêntures em circulação, deliberaram por unanimidade e sem ressalvas: **(i)** aditar a Cláusula 4.10 da Escritura Particular de Emissão de Debêntures, não conversíveis em ações, com garantia flutuante da 2ª Emissão de Debêntures da Multiner S.A., alterando a data de vencimento de 1º de julho de 2015 para 1º de julho de 2016. Dessa forma, não houve pagamento de juros em 1º de julho de 2015, mas somente na nova data de vencimento; e **(ii)** autorizar o Agente Fiduciário a tomar as providências necessárias, visando o cumprimento das deliberações dessa Assembleia.

Até 30 de junho de 2025 nenhuma parcela deste instrumento foi quitada, tendo em vista que a obrigação de renovação referente às debêntures detidas pela Fundiágua, conforme previsão no Contrato de Reorganização, deve ocorrer até que haja a capitalização das dívidas, que se encontram em negociação entre as partes após decisão proferida em abril de 2022 no procedimento arbitral, conforme Nota Explicativa nº 1.2.

19. Provisão para desmobilização

A controlada NEO possui a obrigação de, ao final do termo do contrato, retirar os ativos do Complexo Eólico Alegria, composto pelas UEEs Alegria I e Alegria II, decorrentes de exigências contratuais e legais.

O valor reconhecido como provisão para desmobilização deve ser a melhor estimativa do dispêndio necessário para liquidar a obrigação. Desta forma, os valores relacionados com a desmontagem e remoção de instalações e equipamentos, limpeza de terrenos e restauração ao seu estado original foi inicialmente mensurado e, posteriormente, ajustados a valor presente. Para determinação do valor presente da provisão para desmobilização foi utilizada a taxa de desconto de 11,20% a.a.

A composição do saldo de provisão para desmobilização dos ativos é como segue:

Descrição	Consolidado	
	30.06.2025	31.12.2024
Provisão para desmobilização	81.353	78.769
(-) AVP do custo de desmobilização	(27.894)	(28.631)
Total	53.459	50.138

A movimentação pode ser assim apresentada:

	Consolidado	
	30.06.2025	31.12.2024
Saldo inicial	50.138	40.208
(+) Atualização monetária do custo	2.584	7.020
(+) Realização do AVP	737	2.910
(=) Saldo final	53.459	50.138

20. Outros créditos e outras obrigações

20.1. Outros créditos

	Controladora		Consolidado	
	30.06.2025	31.12.2024	30.06.2025	31.12.2024
Despesas antecipadas (i)	73	58	3.308	2.522
Outros créditos LP - AFAC (ii)	3.945	3.321	1.550	3.321
Depósitos judiciais (iii)	7.604	7.100	7.929	8.944
Outros créditos CP	215	216	232	230
Total outros créditos	11.837	10.695	13.019	15.017
Circulante	288	274	3.540	2.752
Não circulante	11.549	10.421	9.479	12.265

- (i) O aumento em despesas antecipadas está concentrado na controlada NEO e refere-se à renovação do seguro operacional por um período de 12 meses, vencendo em 06 de janeiro de 2026;
- (ii) Refere-se a adiantamento para Futuro Aumento de Capital das controladas não operacionais. Os adiantamentos realizados durante o exercício de 2022 foram integralizados em abril de 2023, com exceção da controlada em conjunto CEU, que está em discussão entre os Administradores. Do saldo apresentado, foi constituído o montante de R\$291 durante o primeiro semestre de 2025; e
- (iii) Na controladora, o valor de R\$ 7.362 refere-se à ação tributária em razão da ausência de retificação de obrigação acessória para os débitos de IOF referente às transações entre partes relacionadas. No consolidado, o valor de R\$ 195 está concentrado na controlada NEO, e R\$ 1.685 refere-se a depósito judicial da controlada indireta RAESA.

20.2. Outras obrigações

	Controladora		Consolidado	
	30.06.2025	31.12.2024	30.06.2025	31.12.2024
P&D (i)	-	-	9.379	8.608
Suprimento de Energia Elétrica (ii)	-	-	127.689	135.258
CUST transmissão	-	-	1.634	1.619
Provisões diversas	-	52	1.490	6.949
Obrigações sociais e trabalhistas	156	159	769	761
Total outras obrigações	156	211	140.961	153.195
Circulante	156	211	140.748	151.211
Não circulante	-	-	213	1.984

- (i) Refere-se à provisão na controlada indireta RAESA para investimentos a serem realizados em Projetos de Pesquisa e Desenvolvimento (P&D) nos termos da Lei nº 9.991 de 2000 e suas alterações, regulamentada pelas Resoluções Normativas nº 316 de 2008 e nº 504 de 2012 e normas correlatas. A provisão de P&D corresponde ao percentual de 1% da receita operacional líquida, que deve ser aplicado da seguinte forma: 40% retidos para investimento em projetos de pesquisa e desenvolvimento gerenciados pela Companhia, 40% recolhido ao Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FNDCT) e 20% recolhidos ao Ministério de Minas e Energia (MME), a fim de custear os estudos e pesquisas de planejamento da expansão do sistema. Em 1º de julho de 2024 do projeto concluído, foi finalizado e realizado o encontro de contas com ativo de P&D;
- (ii) Refere-se à obrigação de pagamento devido à entrega inferior do montante de energia contratada em decorrência da indisponibilidade das turbinas versus energia entregue nos períodos, conforme § 1º da cláusula 8ª do Contrato de Compra e Venda de Energia - Fonte Eólica no âmbito do PROINFA da controlada NEO. A receita de venda, conforme o montante contratado, foi recebida em sua totalidade, gerando a obrigação de pagamento em parcelas mensais e sucessivas ao longo do exercício subsequente (vide Nota Explicativa nº 23).

21. Patrimônio líquido (passivo a descoberto)

Capital social

Ações ordinárias

Ações ordinárias são classificadas como patrimônio líquido. Custos adicionais diretamente atribuíveis à emissão de ações e opções de ações são reconhecidos como dedução do patrimônio líquido, líquido de quaisquer efeitos

tributários.

Ações preferenciais

Classificadas como patrimônio líquido, as ações preferenciais não possuem direito a voto, têm direito a recebimento de dividendo, no mínimo, de 10% (PNA e PNB), 9,42% (PNC) e 8,29% (PND) superior aos atribuídos a detentores de ações ordinárias e possuem prioridade, sem prêmio, em caso de liquidação da Companhia no reembolso de sua parcela do capital social.

Dividendos

Os dividendos mínimos obrigatórios, conforme definido em estatuto, em caso de lucro, são reconhecidos como passivo. Os dividendos aprovados a serem pagos ou fundamentados em obrigações estatutárias são registrados no passivo circulante. O estatuto social da Companhia estabelece a distribuição de dividendos mínimos obrigatórios correspondentes a 25% do lucro líquido ajustado e o pagamento de dividendos fixos e não cumulativos às ações preferenciais classe C e classe D, nos termos dos parágrafos sétimo e oitavo e para as ações preferenciais classe A e B no mínimo 10% superiores aos atribuídos às ações ordinárias nos termos dos parágrafos quinto (a) e sexto (b) do artigo 5º do Estatuto. Adicionalmente, de acordo com o estatuto social, compete ao Conselho de Administração deliberar sobre o pagamento de juros sobre o capital próprio e de dividendos intermediários e/ou intercalares.

a) Capital social subscrito e integralizado

Em 30 de junho de 2025, o capital social da Companhia é de R\$ 855.828 integralizado e R\$ 6 subscrito dividido em 14.721.297 ações, conforme composição das ações demonstrada abaixo:

Acionistas	Quantidade		Ações ordinárias	Ações preferenciais Classe D	Ações preferenciais Classe C	Ações preferenciais Classe B	Ações preferenciais Classe A
Bolognesi Energia S.A.	2.708.536	18,40%	2.708.534	1	1	-	-
Brasilterm Energia S.A.	1.380.846	9,38%	1.380.846	-	-	-	-
FIP Multiner	10.631.915	72,22%	3.788.360	-	-	6.532.211	311.344
Total	14.721.297	100%	7.877.740	1	1	6.532.211	311.344

Todas as ações emitidas estão integralizadas. A Companhia possui ações ordinárias e preferenciais de classes A, B, C e D, conforme descrito no quadro acima.

b) Ações preferenciais

De acordo com a assinatura do Contrato de Reorganização e Financiamento da Companhia, as ações resgatáveis foram convertidas em ações preferenciais.

Em 28 de março de 2012, foi autorizada a conversão da totalidade das ações preferenciais resgatáveis em ações preferenciais classe A de emissão da Companhia, em proporção de 1:1, tendo como titular o Multiner Fundo de Investimento em Participações, e que apresentam características similares às antigas ações preferenciais resgatáveis. Tais ações são conversíveis tanto em ordinárias quanto em preferenciais classe B com característica de capital social, esta última, mediante a realização de ações previstas no Contrato de Reorganização e de Financiamento da Companhia que já foram integralmente atendidas.

c) Reserva de capital

Refere-se a: (i) ágio no valor de R\$ 78.115 gerado na Combinação de Negócios, referente à aquisição da 2007 Participações S.A. realizada em 2009; e (ii) reserva de ágio de subscrição de ações, no montante de R\$ 465.801, pelo aumento de capital com a emissão de ações preferenciais resgatáveis realizada em 2008 e posterior atualização, totalizando R\$ 543.916 em 30 de junho de 2025.

d) Ajuste de avaliação patrimonial

Em abril de 2022, a Companhia adquiriu 20% da participação acionária da Eólica na controlada NEO, decorrente à transação, foi gerado o ajuste de avaliação patrimonial no montante de R\$ 87.870.

e) Resultado por ação

O objetivo do cálculo do resultado por ação é de permitir comparações de desempenho entre diferentes companhias no mesmo período, bem como, para a mesma companhia em períodos diferentes.

Não existem opções de ações com efeito dilutivo para os períodos apresentados, exceto pelos efeitos que possam surgir das negociações do Contrato de Reorganização e de Financiamento da Companhia, que está sendo discutido entre as partes, após a decisão proferida em 05 de abril de 2022 no procedimento arbitral perante a Câmara de Conciliação, Mediação e Arbitragem CIESP/FIESP, conforme descrito em Nota Explicativa nº 1.2.

A tabela a seguir apresenta o lucro líquido básico por ação em 30 de junho de 2025 e 2024:

Lucro por ação		
	30.06.2025	30.06.2024
Numerador		
Lucro líquido do período	27.239	18.133
Denominador (número de ações)		
Média ponderada do número de ações ordinárias	7.877.740	7.877.740
Média ponderada do número de ações preferenciais – Classes A e B	6.843.555	6.843.555
Número de ações preferenciais – Classe C 1 1	1	1
Número de ações preferenciais – Classe D 1 1	1	1
Remuneração das ações preferenciais – Classes A e B – 10%	1,10	1,10
Remuneração das ações preferenciais – Classe C – 9,42%	1,09	1,09
Remuneração das ações preferenciais – Classe D – 8,29%	1,08	1,08
Média ponderada do número de ações preferenciais	7.527.913	7.527.913
Denominador ajustado		
Denominador do resultado básico por ação	14.721.297	14.721.297
Denominador do resultado básico por ação ajustado	15.405.653	15.405.653
Lucro básico por ação		
Lucro básico por ação ordinária	0,00177	0,00118
Lucro básico por ação preferencial – Classes A e B	0,00194	0,00129
Lucro básico por ação preferencial – Classe C	0,00193	0,00128
Lucro básico por ação preferencial – Classe D	0,00191	0,00127
Composição do Lucro		
Lucro básico por ação ordinária	13.929	9.272
Lucro básico por ação preferencial – Classes A e B	13.310	8.861
Lucro básico por ação preferencial – Classe C	0,0019	0,0013
Lucro básico por ação preferencial – Classe D	0,0019	0,0013
Total	27.239	18.133

22. Passivos contingentes

22.1. Causas prováveis

A Companhia reconhece as provisões para demandas judiciais com base na avaliação da probabilidade do risco de perda, cuja materialização, na avaliação dos assessores jurídicos, seja provável de perda. Essas perdas são baseadas na probabilidade de sucumbência estimada e previstas em análise individual para cada processo judicial.

Em 30 de junho de 2025, a Companhia e suas controladas possuíam processos com probabilidade de perda provável, conforme demonstrado abaixo:

	Controladora		Consolidado	
	30.06.2025	31.12.2024	30.06.2025	31.12.2024
Trabalhista (i)	953	831	953	831
Cível (ii)	-	-	456	419
Fundiário (iii)	-	-	4.824	2.416
Administrativo (iv)	-	-	548	525
Total	953	831	6.781	4.191

(i) As contingências trabalhistas referem-se às reclamações em que se reivindica o pagamento de horas

adicionais, participações em lucros e demais verbas trabalhistas;

- (ii) A controlada NEO possui dois processos judiciais de natureza cível. A classificação de risco em 30 de junho de 2025 é provável no valor de R\$ 456 (R\$ 419 em 31 de dezembro de 2024);
- (iii) A controlada NEO possui 11 contingências de natureza fundiária. A classificação de risco em 30 de junho de 2025 é provável no valor de R\$ 4.824 (3 contingências de natureza fundiária em 31 de dezembro de 2024 no valor de R\$ 2.416); e
- (iv) A controlada NEO possui um processo administrativo, de natureza tributária, referente à cobrança de taxa de licença da atividade industrial de geração de energia elétrica com base em fonte eólica, pelo Município de Macau/RN. A classificação de risco em 30 de junho de 2025 é provável no valor de R\$ 548 (R\$ 525 em 31 de dezembro de 2024).

22.2. Causas possíveis

Em 30 de junho de 2025, a Companhia e suas controladas possuíam, em andamento, processos judiciais, cujo montante total é de R\$ 7.994 na controladora (R\$ 45.779 em 31 de dezembro de 2024) e R\$ 316.019 no consolidado (R\$ 263.143 em 31 de dezembro de 2024), cuja materialização, na avaliação dos assessores jurídicos, é possível de perda, não sendo necessária a constituição de provisão para estas demandas judiciais.

	Controladora		Consolidado	
	30.06.2025	31.12.2024	30.06.2025	31.12.2024
Cível (i)	-	39.137	240.536	257.259
Trabalhista (ii)	1	1	572	727
Fundiário (iii)	-	-	21	19
Tributário (iv)	7.993	6.641	67.349	54.812
Regulatório (v)	-	-	7.537	7.515
Total	7.994	45.779	316.015	320.332

- (i) A Companhia e suas controladas possuem processos judiciais de natureza cível, com valor em risco de R\$ 240.536 em 30 de junho de 2025 (R\$ 206.009 em 31 de dezembro de 2024). As demandas cíveis com probabilidade possível, resumem-se à:
 - a. Ação de Execução por título extrajudicial movida por Fundiágua – Fundação de Previdência Complementar em face da Companhia, decorrente de suposto crédito de debêntures vencidas. Em junho de 2025 a contingência foi reclassificada para remota, motivo pelo qual o valor em risco em 30 de junho de 2025 é de R\$ 0 (R\$ 39.137 em 31 de dezembro de 2024);
 - b. Ação de Execução de Título Extrajudicial movida pela Spesi em face da Companhia e da controlada indireta RAESA. O valor em risco em 30 de junho de 2025 é de R\$ 183.702 (R\$ 166.198 em 31 de dezembro de 2024);
 - c. Ação de Execução movida pela Celos em face da Companhia e da controlada indireta RAESA. Em abril de 2025 foi proferida sentença de extinção da ação. A contingência encontra-se em fase recursal. O valor em risco em 30 de junho de 2025 é de R\$ 56.632 (R\$ 51.251 em 31 de dezembro de 2024); e
 - d. Ação de Cobrança movida pela Construtora Jole em face da controlada Pernambuco IV. As Partes firmaram acordo, o qual já foi devidamente cumprindo, no entanto, permanece discussão acerca dos honorários advocatícios sucumbenciais, cujo valor em risco em 30 de junho de 2025 é de R\$ 202 (R\$ 673 em 31 de dezembro de 2024).
- (ii) A controlada NEO possui 05 processos judiciais de natureza trabalhista, com valor em risco em 30 de junho de 2025 de R\$ 572 (R\$ 727 em 31 de dezembro de 2024), os quais são pleiteados o reconhecimento da responsabilidade subsidiária, nulidade do contrato de prestação de serviços, reconhecimento de vínculo empregatício, horas intervalares, equiparação salarial, horas extras, entre outros;
- (iii) A controlada NEO possui 01 processo judicial de natureza fundiária, com valor em risco em 30 de junho de 2025 de R\$ 21 (R\$ 19 em 31 de dezembro de 2024), cujo objeto versa em obrigação de prestação de contas referente aos contratos de arrendamento do Parque Eólico;

- (iv) A Companhia e as controladas possuem processos tributários de natureza administrativa judicial, com valor em risco em 30 de junho de 2025 de R\$ 67.349 (R\$ 54.812 em 31 de dezembro de 2024). As demandas tributárias, com probabilidade possível, resumem-se à:
- a. Ação de Execução Fiscal ajuizada pela União Federal em face da Companhia para a cobrança de supostos débitos a título de (i) Imposto sobre Operações Financeiras ("IOF") do período de maio de 2013 e janeiro até julho de 2016, referente a transações entre partes relacionadas. A Companhia defende que as operações de mútuo entre as empresas do grupo não poderiam ser consideradas como crédito rotativo. O valor em risco em 30 de junho de 2025 é de R\$ 7.993 (R\$ 6.641 em 31 de dezembro de 2024);
 - b. Auto de Infração lavrado para exigência de IRPJ e CSLL relativos ao ano calendário de 2021 em razão de suposta exclusão indevida no ato de apuração destes tributos relativos à variação monetária de empréstimos e financiamentos que foram objeto de provisão; e de valores de reembolso, recebidos a título de sub-rogação da Conta de Consumo de Combustíveis ("CCC") da controlada indireta RAESA. O valor em risco em 30 de junho de 2025 é de R\$ 33.884 (R\$ 32.530 em 31 de dezembro de 2024);
 - c. Processo administrativo relativo a auto de infração lavrado sob alegação de insuficiência no recolhimento de IRPJ e CSLL no período de 2012 da controlada indireta RAESA. O valor em risco em 30 de junho de 2025 é de R\$ 9.470 (R\$ 50.303 classificado como remoto em 31 de dezembro de 2024);
 - d. Processos administrativos decorrentes de indeferimento e não homologação da PER/DCOMP apresentados pela controlada indireta RAESA. O valor em risco em 30 de junho de 2025 é de R\$ 6.181 (R\$ 5.938 classificado como remoto em 31 de dezembro de 2024);
 - e. Auto de Infração lavrado pelo Delegado da Receita Federal do Brasil em face da controlada indireta RAESA, referente à cobrança de IOF sobre operações de crédito efetuada pela controlada. O valor em risco em 30 de junho de 2025 é de R\$ 2.582 (R\$ 2.377 em 31 de dezembro de 2024).
 - f. Auto de Infração lavrado pela Receita Federal do Brasil em face da controlada NEO, referente à exigência de Contribuição ao PIS e COFINS, competência 2011. O valor em risco em 30 de junho de 2025 é de R\$ 4.475 (R\$ 2.716 em 31 de dezembro de 2024);
 - g. Processos administrativos decorrente de indeferimento e não homologação da PER/DCOMP apresentados pela controlada NEO. O valor em risco em 30 de junho de 2025 é de R\$ 2.144 (R\$ 4.016 em 31 de dezembro de 2024); e
 - h. Processos Administrativos movidos pelo Município de Guimarães/RN em face da controlada NEO, referente à cobrança de taxa de localização e funcionamento dos aerogeradores localizados no município. O valor em risco em 30 de junho de 2025 é de R\$ 620 (R\$ 594 em 31 de dezembro de 2024).
- (v) A controlada indireta RAESA possui processo judicial de natureza regulatória, em face da Aneel, visando o enquadramento da conversão da operação da UTE Cristiano Rocha a gás natural no mecanismo de sub-rogação dos benefícios da CCC e o reembolso dos investimentos realizados pela controlada indireta RAESA. Em setembro de 2023 foi proferida sentença de improcedência do pedido, com condenação da controlada indireta RAESA em honorários de sucumbência, sendo opostos embargos de declaração pela controlada indireta RAESA, pendente de julgamento pelo juízo de primeiro grau. A classificação em 30 de junho de 2025 é de perda possível no valor atualizado de R\$ 6.805 (R\$ 6.806 em 31 de dezembro de 2024).

23. Receita operacional líquida

	Consolidado		Consolidado	
	Período de seis meses findo em 30 de junho		Período de três meses findo em 30 de junho	
	30.06.2025	30.06.2024	30.06.2025	30.06.2024
Vendas de energia contratada (i)	151.576	145.660	76.868	72.330
Suprimento de Energia Elétrica (ii)	(37.903)	(52.206)	(12.831)	(24.086)
Receita com operação e manutenção – O&M (iii)	20.401	25.178	7.191	12.635
Mercado de curto prazo CCEE	74	185	13	34
Total receita operacional bruta	134.148	118.817	71.241	60.913
P&D s/ faturamento	(722)	(890)	(253)	(445)
PIS s/ faturamento	(1.841)	(2.000)	(1.023)	(993)
COFINS s/ faturamento	(8.478)	(9.211)	(4.708)	(4.574)
ICMS s/ faturamento	(5.095)	(6.347)	(1.792)	(3.156)
Total deduções da receita	(16.136)	(18.448)	(7.776)	(9.168)
Total receita operacional líquida	118.012	100.369	63.465	51.745

- (i) Refere-se à parcela estabelecida pelo contrato PROINFA, firmado entre a controlada NEO e a Empresa Brasileira de Participação em Energia Nuclear e Binacional S.A. ("ENBPar");
- (ii) A variação da receita com suprimento de energia elétrica refere-se à entrega inferior de energia em 30 de junho de 2025. O ajuste contratual é realizado em função da entrega inferior de energia contratada e está descrito conforme parágrafo 1º da cláusula 8ª do Contrato de Compra e Venda de Energia – Fonte Eólica no âmbito do PROINFA; e
- (iii) O valor apresentado como "Receita com operação e manutenção - O&M" refere-se à parcela estabelecida no contrato de suprimento de energia firmado entre a controlada indireta RAESA junto à Amazonas Energia, o qual prevê o pagamento referente à operação e manutenção da Usina, calculado pela multiplicação do total mensal da energia fornecida pela parcela do preço de energia fornecida referente à operação e manutenção do mês vigente. A redução apresentada entre períodos refere-se à receita apurada da controlada indireta RAESA até 19 de maio de 2025 (vide Nota Explicativa nº 1).

23.1. Informações desagregadas da receita

A receita operacional da Companhia é oriunda da venda de energia elétrica de origem renovável através de fonte eólica no âmbito do PROINFA, e receita de operação e manutenção de fonte térmica à base de gás natural, conforme estabelecido em contrato, e é composta conforme demonstração a seguir:

	Consolidado		Consolidado	
	30.06.2025		30.06.2024	
	Fontes eólicas	Fontes térmicas	Fontes eólicas	Fontes térmicas
Vendas de energia contratada	151.576	-	145.660	-
Suprimento de Energia Elétrica	(37.903)	-	(52.206)	-
Receita com operação e manutenção – O&M	-	20.401	-	25.178
Mercado de curto prazo CCEE	-	74	-	185
Total receita operacional bruta	113.673	20.475	93.454	25.363

23.2. Ativos e passivos de contrato

Em conformidade ao Pronunciamento Técnico CPC 47 – Receita de Contrato de Cliente, os ativos e passivos vinculados à venda de energia, cujo direito à contraprestação está condicionado à satisfação de obrigação de desempenho, são classificados como ativos e passivos de contrato e apresentam os seguintes saldos:

	Consolidado	
	30.06.2025	31.12.2024
Contas a receber (Nota Explicativa nº 5)	36.812	69.443
Suprimento de energia elétrica (Nota Explicativa nº 20.2 (ii))	127.689	135.258

Para o período findo em 30 de junho de 2025, a Companhia não identificou indícios de perda do valor recuperável para os ativos de contrato.

23.3. Obrigações de performance

A Companhia possui uma única obrigação de performance de contrato e que é satisfeita pela entrega da energia, momento em que o ativo é considerado transferido para o cliente, sendo o pagamento dentro do prazo de 20 a 45 dias.

Arelado à obrigação de performance da parcela estabelecida no contrato de suprimento de energia, está previsto o pagamento referente à operação e à manutenção da Usina, e as premissas do cálculo são variáveis de acordo com a energia fornecida.

24. Custos operacionais

	Consolidado		Consolidado	
	Período de seis meses findo em 30 de junho		Período de três meses findo em 30 de junho	
	30.06.2025	30.06.2024	30.06.2025	30.06.2024
Encargos de uso e conexão do sistema de transmissão (i)	(10.201)	(9.058)	(5.085)	(4.569)
Operação e manutenção (O&M) (ii)	(27.816)	(32.253)	(14.522)	(15.069)
Pessoal e encargos (iii)	(4.837)	(4.035)	(2.936)	(2.010)
Seguros	(2.807)	(3.109)	(1.688)	(1.581)
Depreciação (iv)	(40.026)	(29.363)	(16.944)	(14.811)
Amortização mais-valia (v)	(5.422)	(5.422)	(3.890)	(2.711)
Aluguel de máquinas e equipamentos (vi)	(1.595)	(624)	(407)	(126)
Outros	(2.303)	(2.288)	(1.899)	(1.220)
Total dos custos operacionais	(95.007)	(86.152)	(47.371)	(42.097)

- (i) Refere-se aos encargos dos Contratos de Uso do Sistema de Transmissão (CUST) da controlada NEO. A variação entre períodos é decorrente do reajuste pelo IPCA;
- (ii) A redução entre os períodos refere-se aos custos com serviços de manutenção preventiva e corretiva dos aerogeradores, incluindo as peças e a mão de obra da controlada NEO, e manutenção preventiva dos motores da controlada indireta RAESA ocorridos no 1S24;
- (iii) O aumento na rubrica é reflexo dos custos com rescisão contratual dos colaboradores da controlada indireta RAESA, em razão do encerramento do contrato de suprimento de energia ocorrido em 20 de maio de 2025 (vide Nota Explicativa nº 1);
- (iv) O aumento da depreciação deve-se à mudança de vida útil do arrendamento da controlada indireta RAESA, que antes estava limitada ao período de novembro de 2026, sendo alterado para a vida útil estabelecida pelo contrato de suprimentos de energia que encerrou em 20 de maio de 2025 (vide Nota Explicativa nº 1);
- (v) Refere-se à amortização da mais-valia dos ativos fixos imobilizados e intangíveis existentes na data da avaliação pela aquisição de controle, a serem depreciados pela vida útil estimada dos ativos existentes na data da avaliação; e
- (vi) Refere-se ao custo com locação de guindaste e demais equipamentos. A variação entre períodos se dá em razão do cronograma de manutenções corretivas das pás da controlada NEO.

25. Despesas operacionais

25.1. Gerais e administrativas

	Controladora		Controladora		Consolidado		Consolidado	
	Período de seis meses findo em 30 de junho		Período de três meses findo em 30 de junho		Período de seis meses findo em 30 de junho		Período de três meses findo em 30 de junho	
	30.06.2025	30.06.2024	30.06.2025	30.06.2024	30.06.2025	30.06.2024	30.06.2025	30.06.2024
Pessoal e administradores	(623)	(593)	(301)	(303)	(2.111)	(1.675)	(1.026)	(940)
Serviços de terceiros (i)	(1.157)	(632)	(686)	(491)	(4.151)	(2.821)	(2.239)	(1.195)
Armazenagem	-	-	-	-	-	(391)	-	(195)
(Provisão) de passivos contingentes (ii)	-	-	-	-	(2.101)	-	(1.931)	-
Depreciação	(60)	(14)	(60)	(9)	(86)	(307)	(77)	(171)
Outras	(33)	(74)	(29)	(33)	(922)	(803)	(206)	(376)
Total despesas administrativas	(1.873)	(1.313)	(1.076)	(836)	(9.371)	(5.997)	(5.479)	(2.877)

- (i) A variação refere-se a despesas adicionais em razão da necessidade da contratação, na controlada NEO, de assessores técnicos e financeiros para subsidiar a reorganização societária em curso; e
- (ii) A variação está relacionada à provisão de passivos contingentes da controlada NEO que tiveram alteração de prognóstico.

25.2. Outras receitas (despesas)

	Controladora		Controladora		Consolidado		Consolidado	
	Período de seis meses findo em 30 de junho		Período de três meses findo em 30 de junho		Período de seis meses findo em 30 de junho		Período de três meses findo em 30 de junho	
	30.06.2025	30.06.2024	30.06.2025	30.06.2024	30.06.2025	30.06.2024	30.06.2025	30.06.2024
Ressarcimento de glosa	-	-	-	-	614	-	614	-
Outras receitas (despesas)	51	-	51	-	80	-	80	1
Total outras receitas e (despesas)	51	-	51	-	694	-	694	1

26. Resultado financeiro

	Controladora		Controladora		Consolidado		Consolidado	
	Período de seis meses findo em 30 de junho		Período de três meses findo em 30 de junho		Período de seis meses findo em 30 de junho		Período de três meses findo em 30 de junho	
	30.06.2025	30.06.2024	30.06.2025	30.06.2024	30.06.2025	30.06.2024	30.06.2025	30.06.2024
Receita sobre aplicação financeira (i)	-	90	-	32	41.098	29.833	18.162	15.805
Juros ativo sobre mútuos	4	9	2	2	-	-	-	-
Juros ativos créditos tributários	-	1	-	1	2.155	1.956	2.155	314
Variação cambial ativa	-	-	-	-	4	200	4	-
Receita de arrendamento financeiro (ii)	-	-	-	-	36.132	59.524	11.913	29.761
Juros sobre arrendamento (iii)	-	-	-	-	315	1.713	64	820
Bônus adimplência (iv)	-	-	-	-	3.853	4.108	2.251	2.033
Outras receitas financeiras	451	-	239	-	529	2	(27)	1
Total receitas financeiras	455	101	241	35	84.086	97.336	34.522	48.734
Juros sobre empréstimos	-	-	-	-	(45.078)	(48.064)	(22.331)	(24.198)
Custo de captação	-	-	-	-	(953)	(959)	(607)	(480)
Juros sobre debêntures	(1.297)	(1.033)	(441)	(558)	(1.297)	(1.033)	(441)	(558)
Juros sobre mútuos	(4.990)	(3.320)	(2.698)	(1.732)	-	-	-	-
IOF	(76)	(5.551)	(76)	(5.551)	(1.242)	(6.380)	(1.242)	(5.637)
Variação monetária sobre empréstimos (v)	-	-	-	-	459	(8.268)	10.644	(10.765)
Variação monetária sobre debêntures	(143)	(82)	50	(59)	(143)	(82)	(143)	(59)
Variação monetária outras	(122)	-	(122)	-	(755)	(469)	(755)	(454)
Multas fiscais	-	-	-	-	(92)	(59)	(92)	(27)
Acréscimos contratuais (vi)	-	-	-	-	(12.711)	(9.978)	(6.518)	(4.455)
Desmobilização	-	-	-	-	(2.583)	(2.134)	(1.008)	(767)
Atualização de arrendamentos	-	-	-	-	(1.387)	(1.509)	(683)	(744)
Outras despesas	(23)	(17)	104	(9)	(3.207)	(2.902)	677	(1.291)
Total despesas financeiras	(6.651)	(10.003)	(3.183)	(7.909)	(68.989)	(81.837)	(22.499)	(49.435)
Total resultado financeiro líquido	(6.196)	(9.902)	(2.942)	(7.874)	15.097	15.499	12.023	(701)

- (i) A variação entre os períodos está relacionada ao aumento do saldo em caixa atrelado ao indexador de remuneração dos saldos de aplicação financeira que são remunerados a uma taxa média ponderada de 100,57% do CDI em 30 de junho 2025 (97,12% do CDI em 30 de junho de 2024).
- (ii) Reversão referente à receita líquida dos impostos e aos recebimentos do contrato de arrendamento, conforme CPC 06 da controlada indireta RAESA (vide Nota Explicativa nº 9.1);
- (iii) Refere-se à atualização dos juros sobre arrendamento a receber do contrato de arrendamento da controlada indireta RAESA (vide Nota Explicativa nº 9.1);
- (iv) Refere-se a bônus vinculado à adimplência dos contratos de financiamento das UEEs Alegria I e Alegria II junto ao BNB da controlada NEO;
- (v) A principal variação está relacionada ao indexador IGP-M, diretamente atrelado ao cálculo de atualização dos saldos dos empréstimos e financiamentos, que em 30 de junho de 2025 apresentou uma baixa

acumulada de -1,67% frente a uma alta acumulada de 0,81% em 30 de junho de 2024; e

(vi) Acréscimos contratuais estabelecidos no acordo da Vibra/BR (vide Nota Explicativa nº 16).

27. Imposto de renda e contribuição social

A Companhia e suas controladas são tributadas pelo regime de lucro real e, no segundo trimestre findo em 30 de junho de 2025, acumulava prejuízos fiscais e bases negativas de contribuição social no montante consolidado de R\$ 1.000.389 (R\$ 976.246 em 30 de junho de 2024).

	Controladora		Consolidado		Controladora		Consolidado	
	Período de seis meses findo em		Período de seis meses findo em		Período de três meses findo em		Período de três meses findo em	
	30 de junho	30 de junho	30 de junho	30 de junho	30 de junho	30 de junho	30 de junho	30 de junho
	30.06.2025	30.06.2024	30.06.2025	30.06.2024	30.06.2025	30.06.2024	30.06.2025	30.06.2024
Lucro antes do IRPJ e CSLL	27.239	18.133	29.425	23.719	21.762	3.846	23.332	6.072
Efeitos fiscais sobre:								
Despesas indedutíveis	(35.257)	(29.348)	(18.560)	(1.817)	(23.313)	(12.556)	(14.692)	7.883
Constituição e/ou compensação de prejuízo fiscal e base negativa da CSLL de exercícios anteriores	-	-	(18.050)	(16.885)	-	-	(11.653)	(7.817)
Total tributável	(8.018)	(11.215)	(7.185)	5.017	(1.551)	(8.710)	(3.013)	6.138
IRPJ 15%	-	-	(6.318)	(6.916)	-	-	(4.079)	(3.742)
IRPJ - Adicional - 10%	-	-	(4.769)	(4.579)	-	-	(3.289)	(1.052)
CSLL 9%	-	-	(3.791)	(4.149)	-	-	(2.447)	(2.245)
IRPJ e CSLL correntes	-	-	(14.877)	(15.645)	-	-	(9.815)	(7.039)
Incentivos fiscais (Sudam / Sudene)	-	-	11.959	9.297	-	-	8.241	4.271
Despesas (crédito) de impostos de renda e contribuição efetiva	-	-	(2.918)	(6.348)	-	-	(1.574)	(2.768)
Alíquota efetiva - %	0,00%	0,00%	-9,92%	-26,76%	0,00%	0,00%	12,15%	-2,88%

28. Instrumentos financeiros e gerenciamento de risco

A Companhia mantém operações com instrumentos financeiros. A administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos visando assegurar liquidez, rentabilidade e segurança. A política de controle consiste em acompanhamento permanente das condições contratadas versus condições vigentes no mercado.

A Companhia não efetua aplicações de caráter especulativo, em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco. Os resultados obtidos com essas operações estão condizentes com as diretrizes e estratégias definidas pela Administração da Companhia.

Valor justo versus valor contábil

A Companhia revisou os principais instrumentos financeiros ativos e passivos em 30 de junho de 2025, bem como os critérios para a sua valorização, avaliação, classificação e os riscos a eles relacionados. Os valores justos dos ativos e passivos financeiros, juntamente com os valores contábeis apresentados no balanço patrimonial, são os seguintes:

Mensuração		Controladora			
		30.06.2025		31.12.2024	
		Contábil	Valor justo	Contábil	Valor justo
Ativo circulante e não circulante					
Caixa e equivalentes de caixa (NE 04)	Custo amortizado	22	22	51	51
Partes relacionadas (NE 08)	Custo amortizado	411.521	411.521	410.361	410.361
Passivo circulante e não circulante					
Fornecedores (NE 16)	Custo amortizado	122	122	137	137
Partes relacionadas (NE 08)	Custo amortizado	95.979	95.979	87.091	87.091
Empréstimos, financiamentos e debêntures (NE 18)	Custo amortizado	24.492	24.492	23.052	23.052

		Consolidado			
		30.06.2025		31.12.2024	
		Contábil	Valor justo	Contábil	Valor justo
Mensuração					
Ativo circulante e não circulante					
Caixa e equivalentes de caixa (NE 04)	Custo amortizado	669.667	669.667	607.270	607.270
Contas a receber (NE 05)	Custo amortizado	36.812	36.812	69.443	69.443
Partes relacionadas (NE 08)	Custo amortizado	408.117	408.117	408.117	408.117
Passivo circulante e não circulante					
Fornecedores (NE 16)	Custo amortizado	175.080	175.080	163.005	163.005
Passivos de arrendamento (NE 09)	Custo amortizado	17.386	17.386	17.950	17.950
Partes relacionadas (NE 08)	Custo amortizado	302.166	302.166	302.132	302.132
Empréstimos, financiamentos e debêntures (NE 18)	Custo amortizado	1.391.630	1.391.630	1.467.813	1.467.813

Para todas as operações apresentadas na tabela acima, a Companhia considera que o valor justo se equipara ao valor contábil, uma vez que, para essas operações, o valor contábil reflete o valor de liquidação naquela data.

Hierarquia de valor justo

A tabela abaixo apresenta instrumentos financeiros registrados pelo valor justo, utilizando um método de avaliação.

		Controladora			
		30.06.2025		31.12.2024	
		Contábil	Valor justo	Contábil	Valor justo
Nível					
Ativo circulante e não circulante					
Caixa e equivalentes de caixa (NE 04)	Nível 2	22	22	51	51
Partes relacionadas (NE 08)	Nível 2	411.521	411.521	410.361	410.361
Passivo circulante e não circulante					
Fornecedores (NE 16)	Nível 2	122	122	137	137
Partes relacionadas (NE 08)	Nível 2	95.979	95.979	87.091	87.091
Empréstimos, financiamentos e debêntures (NE 18)	Nível 2	24.492	24.492	23.052	23.052

		Consolidado			
		30.06.2025		31.12.2024	
		Contábil	Valor justo	Contábil	Valor justo
Nível					
Ativo circulante e não circulante					
Caixa e equivalentes de caixa (NE 04)	Nível 2	669.667	669.667	607.270	607.270
Contas a receber (NE 05)	Nível 2	36.812	36.812	69.443	69.443
Partes relacionadas (NE 08)	Nível 2	408.117	408.117	408.117	408.117
Passivo circulante e não circulante					
Fornecedores (NE 16)	Nível 2	175.080	175.080	163.005	163.005
Partes relacionadas (NE 08)	Nível 2	302.166	302.166	302.132	302.132
Passivos de arrendamento (NE 09)	Nível 2	17.386	17.386	17.950	17.950
Empréstimos, financiamentos e debêntures (NE 18)	Nível 2	1.391.630	1.391.630	1.467.813	1.467.813

Os diferentes níveis foram definidos como a seguir:

- Nível 1 – preços cotados (não ajustados) em mercados ativos, para ativos e passivos e idênticos;
- Nível 2 – *inputs*, exceto preços cotados, incluídas no Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços);
- Nível 3 – premissas, para o ativo ou passivo, que não são baseadas em dados observáveis de mercado (*inputs* não observáveis).

Classificação e mensuração dos instrumentos financeiros

Os cálculos do valor de mercado e respectivas classificações seguem as seguintes considerações:

- **Caixa e equivalente de caixa:** os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo e não para investimento ou outros fins. A Companhia considera equivalentes de caixa as aplicações financeiras de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitas a um risco insignificante de mudança de valor. Por conseguinte, um investimento, normalmente, se qualifica como equivalente de caixa quando tem vencimento de curto prazo, a contar da data da contratação; e

- **Empréstimos e financiamentos:** estão mensurados pelo custo amortizado, sendo classificados como passivo financeiro ao custo amortizado.

Para as demais rubricas, o valor contábil dos instrumentos financeiros é uma aproximação razoável do valor justo. Logo, a Companhia optou por divulgá-los com valores equivalentes ao valor contabilizado.

Administração financeira de risco

A Administração monitora diariamente os principais indicadores macroeconômicos, e seus impactos nos resultados, visando definir suas estratégias de gerenciamento de risco.

A Companhia apresenta os seguintes riscos:

- Risco de liquidez;
- Risco de crédito;
- Riscos de mercado.

a) Risco de liquidez

A diretriz de gerenciamento de risco de liquidez implica em manter um nível seguro de disponibilidade de caixa e acessos a recursos imediatos. A Companhia considera como metodologia que, 80% dos recursos devem possuir liquidez diária e 20% pode ter carência de até 180 dias, sempre respeitando a aderência do seu fluxo de caixa.

A seguir estão as maturidades contratuais dos passivos financeiros, considerando as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, e os juros a vencer até o final do contrato.

30 de junho de 2025	Controladora						
	Valor contábil	Fluxo contratado	Até 12 meses	2 anos	3 anos	4 - 5 anos	Mais de 5 anos
Fornecedores (NE 16)	122	122	122	-	-	-	-
Empréstimos, financiamentos e debêntures (NE 18)	24.492	24.492	24.492	-	-	-	-

30 de junho de 2025	Consolidado						
	Valor contábil	Fluxo contratado	Até 12 meses	2 anos	3 anos	4 - 5 anos	Mais de 5 anos
Fornecedores (NE 16)	175.080	175.080	10.288	164.792	-	-	-
Passivos de arrendamento (NE 09)	17.386	17.386	872	1.744	2.616	4.360	7.794
Empréstimos, financiamentos e debêntures (NE 18)	1.391.630	1.391.630	1.088.937	101.469	96.138	75.673	29.413

b) Risco de crédito

Quanto ao risco de crédito associado às aplicações financeiras, a Companhia realiza operações somente em instituições financeiras avaliadas com rating A ou superior. Os recursos são aplicados em renda fixa e evita a concentração em mais de 50% do valor total de caixa disponível em uma única instituição financeira. O saldo de contas a receber da Companhia está relacionado às empresas Eletronorte e ENBPar (Empresa Brasileira de Participações em Energia Nuclear e Binacional S.A.).

	30.06.2025	31.12.2024	30.06.2025	31.12.2024
Caixa e equivalentes de caixa (NE 04)	22	51	669.667	607.270
Contas a receber (NE 05)	-	-	36.812	69.443
Partes relacionadas (NE 08)	411.521	410.361	408.117	408.117

c) Risco de mercado

Risco de taxa de juros

A Companhia monitora continuamente as taxas de juros de mercado, com o objetivo de avaliar a eventual necessidade de contratação de operações para se proteger contra o risco de volatilidade dessas taxas e adota diretriz conservadora de captação e aplicação de seus recursos financeiros.

	Controladora		Consolidado	
	30.06.2025	31.12.2024	30.06.2025	31.12.2024
Ativo circulante e não circulante				
Caixa e equivalentes de caixa (NE 04)	22	51	669.667	607.270
Contas a receber (NE 05)	-	-	36.812	69.443
Partes relacionadas (NE 08) (i)	411.521	410.361	408.117	408.117
Passivo circulante e não circulante				
Fornecedores (NE 16)	122	137	175.080	163.005
Partes relacionadas (NE 08)	95.979	87.091	302.166	302.132
Empréstimos, financiamentos e debêntures (NE 18)	24.492	23.052	1.391.630	1.467.813

- (i) Os montantes tiveram suas atualizações congeladas desde dezembro de 2017, conforme discussões arroladas no procedimento de arbitragem.

Análise de sensibilidade de valor justo para instrumentos de taxa variável em 30 de junho de 2025

A Administração considerou, como metodologia mais correta, para a estimativa de um “cenário provável”, se basear nas taxas praticadas no mercado, para o período de um ano, do IGP-M em 30 de junho de 2025.

O cenário I considera uma diminuição/aumento de 25% e o cenário II considera uma diminuição/aumento de 50%, da taxa provável apurada nas respectivas datas de análise.

Nos termos do item 14 do CPC 012, dada a ausência de uma estimativa confiável para a apuração do prêmio de risco adequado para os empréstimos e financiamentos, dada a ausência de negociação no mercado secundário dos passivos, e impactos decorrentes do adimplemento, ou não, do Contrato de Reorganização e de Financiamento de Multiner S.A. por suas contrapartes, adotamos, como taxa de desconto, a taxa livre de risco (SELIC) para o cálculo do valor presente dos endividamentos para fins de apuração do valor justo.

Instrumentos financeiros passivos	Controladora					
	Posição em 30.06.2025	Cenário I	Cenário II	Cenário	Cenário I	Cenário II
Debêntures	24.492					
		-50%	-25%	Provável	25%	50%
Variação índice Selic		6,27%	9,40%	12,53%	15,66%	18,80%
Exposição - Debêntures		1.535	2.302	3.069	3.837	4.604
Instrumentos financeiros passivos	Consolidado					
	Posição em 30.06.2025	Cenário I	Cenário II	Cenário	Cenário I	Cenário II
Debêntures e Empréstimos	1.391.630					
		-50%	-25%	Provável	25%	50%
Variação índice Selic		6,27%	9,40%	12,53%	15,66%	18,80%
Exposição - Empréstimos e financiamentos		87.198	130.797	174.396	217.995	261.594

		Controladora				
Instrumentos financeiros passivos	Posição em 31.12.2024	Cenário I	Cenário II	Cenário	Cenário I	Cenário II
Debêntures	23.052					
		-50%	-25%	Provável	25%	50%
Variação Índice Selic		7,38%	11,06%	14,75%	18,44%	22,13%
Exposição - Debêntures		1.700	2.550	3.400	4.251	5.101

		Consolidado				
Instrumentos financeiros passivos	Posição em 31.12.2024	Cenário I	Cenário II	Cenário	Cenário I	Cenário II
Debêntures e Empréstimos	1.467.813					
		-50%	-25%	Provável	25%	50%
Variação Índice Selic		7,38%	11,06%	14,75%	18,44%	22,13%
Exposição - Empréstimos e financiamentos		108.260	162.390	216.520	270.650	324.780

O cenário provável foi determinado com base nos vencimentos contratuais de cada dívida e a avaliação de mercado foi determinada conforme descrito na definição do valor justo abaixo.

Definição de valor justo

Para o cálculo do valor justo, utilizamos a taxa média de IGP-M divulgada pela Fundação Getúlio Vargas, tanto para o cálculo da taxa de desconto quanto para as projeções dos fluxos de pagamentos das dívidas. Calculamos a taxa de desconto utilizando o IGP-M do período acrescido do spread dos juros dos títulos.

A Companhia entende que a melhor estimativa de avaliação do spread de risco de crédito está relacionada aos movimentos de mercado com o uso das taxas observadas para reavaliação do risco.

Gestão de risco de estrutura de capital

Decorre da escolha entre capital próprio (aportes de capital e retenção de lucros) e capital de terceiros que a Companhia faz para financiar suas operações. Para mitigar os riscos de liquidez e a otimização do custo médio ponderado do capital, a Companhia monitora permanentemente os níveis de endividamento de acordo com os padrões de mercado.

Principais ativos e passivos financeiros

Os principais ativos e passivos financeiros utilizados pela Companhia, de que surgem os riscos de instrumentos financeiros, são os seguintes:

- Aplicações financeiras;
- Clientes;
- Empréstimos, financiamentos e debêntures; e
- Fornecedores.

29. Seguros

A Companhia mantém uma política de seguros considerada pela Administração como suficiente para cobrir eventuais perdas, considerando os principais ativos, bem como a responsabilidade civil e de administração inerente a suas atividades.

Os valores segurados são contratados visando a proteção relacionada a possíveis perdas e danos a terceiros e ao patrimônio, e referem-se ao total das apólices vigentes para reembolso em caso de sinistro.

No período findo em 30 de junho de 2025, o montante global segurado, para cobrir eventuais sinistros e responsabilidade, está assim distribuído:

Companhias	Cobertura	Seguradora	Vigência	Valor Prêmio	Valor Cobertura
New Energy Options Geração de Energia S.A.	Responsabilidade Civil	FairFax Seguros S.A.	01/08/2024 a 01/08/2025	14	20.000
New Energy Options Geração de Energia S.A.	Risco Operacional	SwissRE	06/01/2025 a 06/01/2026	1.846	326.198
Rio Amazonas Energia S.A.	Responsabilidade Civil	FairFax Seguros S.A.	01/08/2024 a 01/08/2025	13	20.000
Termelétrica Monte Pascoal S.A.	Seguro Patrimonial	Sombrero Seguros S.A.	17/07/2024 a 17/07/2025	27	6.104
Termelétrica Itapebi S.A.	Seguro Patrimonial	MAPFRE Seguros S.A.	27/10/2024 a 27/10/2025	150	30.000
Multiner S.A.	Responsabilidade Civil dos Administradores	Chubb Brasil S.A.	02/06/2025 a 02/06/2026	81	60.000

O escopo dos trabalhos de nossos auditores não inclui emissão de opinião sobre a suficiência da cobertura de seguros, ao qual foi determinado pela Companhia, que considera suficiente para cobrir eventuais sinistros.

30. Eventos Subsequentes

Reestruturação de dívida da controlada indireta RAESA x Spesi

Em 07 de julho de 2025 foi assinado o Termo de Acordo de Reestruturação de dívida com confissão de dívida e outras avenças ("Termo de Acordo") entre a controlada indireta RAESA e a Spesi I Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Não Padronizado Multissetorial.

O valor do crédito em 30 de junho de 2025, foi reconhecido pelas partes em R\$ 916.150, a qual foi desdobrada em 2 (duas) partes segregadas e autônomas, denominadas "Tranche A" e "Tranche B", que serão pagas da seguinte maneira:

- O valor da Tranche A é de R\$ 496.000 com atualização monetária de IPCA + 5% a.a. e será paga em parcelas trimestrais e sucessivas, vencendo-se a primeira em 11 de julho de 2025 e a última em 30 de junho de 2028, da seguinte forma:
 - (i) Primeira parcela paga em 11 de julho de 2025 no valor de R\$ 460.000; e
 - (ii) Doze parcelas trimestrais e sucessivas no valor de R\$ 3.000, com início em 30 de setembro de 2025, e as demais sucessivamente a cada trimestre posterior em cada dia 30, equivalente ao total do saldo remanescente da Tranche A, abatidos os pagamentos já realizados.
- O valor da Tranche B é de R\$ 420.150 com atualização monetária de IPCA + 5% a.a. até a data em que ocorrer a quitação integral da Tranche A. A partir do dia útil subsequente da quitação da Tranche A, a Tranche B passará a ser atualizada monetariamente pela Taxa T.R. A Tranche B tem o seu vencimento até o dia 31 de dezembro de 2074.

O Termo de Acordo permanece válidas e vigentes todas as garantias, inclusive fidejussórias e reais, já previstas nas CCBs, aditivos e acordos, tais como, mas não limitado ao Penhor de Direitos Creditórios e garantias fidejussórias.

Acordo de dívida da controlada indireta RAESA x Celos

Em 08 de agosto de 2025 foi assinado o Instrumento Particular de Acordo entre a controlada indireta RAESA e a Fundação Celesc de Seguridade Social ("Fundação Celos").

Para efeito do Acordo, a Fundação Celos concorda em receber da RAESA o montante de R\$ 5.376 (cinco milhões, trezentos e setenta e seis mil), a ser pago à vista, em até 2 (dois) dias úteis, contados da data de assinatura do acordo.

Após a RAESA efetuar o pagamento do valor acordado com a Fundação Celos, as Partes concederão plena, geral, irrevogável e irretratável quitação recíproca das obrigações.

Pareceres e Declarações / Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva

Aos Administradores e Acionistas da
Multiner S.A.
São Paulo – SP

Introdução

Revisamos as informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas da Multiner S.A. (“Companhia”), contidas no Formulário de Informações Trimestrais (ITR) referentes ao trimestre findo em 30 de junho de 2025, que compreendem o balanço patrimonial em 30 de junho de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido (passivo a descoberto) e dos fluxos de caixa para o período de seis meses findo naquela data, incluindo as notas explicativas. A administração da Companhia é responsável pela elaboração das informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas de acordo com a NBC TG 21 (R4) – Demonstração intermediária e com a norma internacional IAS 34 – Interim Financial Reporting, emitida pelo International Accounting Standards Board (IASB), assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Imobiliários (CVM), aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais (ITR).

Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações contábeis intermediárias, individuais e consolidadas, com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 “Revisão de informações intermediárias executadas pelo auditor da entidade” e

ISRE 2410 “Review of financial information performed by the independent auditor of the entity”, respectivamente).

Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, consequentemente, não nos permitiu obter uma segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria, portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Conclusão sobre as informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias, individuais e consolidadas, incluídas nas informações trimestrais acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo como a NBC TG 21 (R4) e a IAS 34, aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais (ITR), e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Imobiliários (CVM).

Ênfase

Incerteza relevante relacionada com a continuidade operacional

Chamamos a atenção para o fato descrito na Nota Explicativa no 1.1, em 30 de junho de 2025, a Companhia tem um montante total de prejuízos acumulado de R\$1.483.663 mil, patrimônio líquido negativo (passivo a descoberto) individual de R\$171.789 mil e consolidado de R\$183.548 mil, e, naquela data, o passivo circulante excedia o ativo circulante individual em R\$24.494 mil e consolidado em R\$505.333 mil. A referida Nota Explicativa divulga certas ações que estão sendo implementadas pela administração da Companhia para a reversão desse cenário, notadamente quanto às renegociações das dívidas. Em período subsequente, conforme Nota Explicativa no 35, em 07 de julho de 2025, a controlada indireta da Companhia (“Raesa”) firmou acordo de reestruturação de dívida com a Spesi I Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Não Padronizado Multissetorial, através do qual a dívida foi reestruturada e, em 08 de agosto de 2025, firmou o instrumento de acordo particular com a Fundação Celesc de Seguridade Social, através do qual houve a quitação da dívida. A continuidade operacional da Companhia e de suas controladas depende da capacidade de a administração executar os planos de negócio aprovados pelo Conselho de Administração e do sucesso das ações que estão sendo tomadas pela administração, principalmente os processos de renegociação das dívidas. Nossa conclusão não contém ressalva em relação a esse assunto.

Contrato de reorganização e procedimento arbitral

Conforme Nota Explicativa no 1.2, em 05 de abril de 2022, foi proferida sentença arbitral definitiva, por meio da qual o tribunal arbitral rejeitou os pedidos de resolução do Contrato de Reorganização e de Financiamento (“Contrato de Reorganização”) apresentados pelo Multiner Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia (“FIP”), Bolognesi Energia S.A. e Brasilterm Energia S.A. (“Partes”), determinando a manutenção do Contrato de Reorganização e o cumprimento de determinadas obrigações nele prevista. Em agosto de 2022, as partes firmaram o “Termo de Compromisso para Suspensão Temporária de Demandas” (“Termo de Compromisso”) e iniciaram tratativas para acordar a forma de continuidade do Contrato de Reorganização. Ainda, conforme divulgado na referida Nota Explicativa, em abril de 2024 as Partes celebraram o Instrumento Particular de Transação, Quitação e Outras Avenças (“Instrumento”), para fins de buscar a construção de uma solução extrajudicial que implementará o objetivo atual do FIP de desinvestimento estruturado na Companhia, com a consequente suspensão de toda e qualquer demanda judicial, arbitral ou extrajudicial entre Partes pelo prazo de 180 dias, prorrogáveis por mais 90 dias. Em fevereiro de 2025, as partes celebraram o 2º aditivo do Instrumento Particular de Transação, Quitação e Outras Avenças, que estendeu o prazo até 31 de março de 2025. O Instrumento contém condições precedentes para ambas as partes que precisam ser realizadas no prazo para finalização e validação dos seus efeitos. Até a data desse relatório o prazo previsto encontra-se vencido e as partes encontram-se em tratativas para efeito de continuidade.

Outros assuntos

Demonstrações do Valor Adicionado (DVA)

As informações trimestrais, individuais e consolidadas, acima referidas, incluem as Demonstrações do Valor Adicionado ("DVA") referentes ao período de seis meses findo em 30 de junho de 2025, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia e apresentadas como informação suplementar para fins da IAS 34. Essas demonstrações foram submetidas a procedimentos de revisão executados em conjunto com a revisão das informações trimestrais, com o objetivo de concluir se elas estão conciliadas com as informações contábeis intermediárias e registros contábeis, conforme aplicável, e se sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos na NBC TG 09 – Demonstração do valor adicionado. Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que essas demonstrações do valor adicionado não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nessa Norma e de forma consistente em relação às informações contábeis intermediárias tomadas em conjunto.

São Paulo, 14 de agosto de 2025

Grant Thornton Auditores Independentes Ltda.

CRC 2SP-025.583/O-1

Edinilson Attizani

Contador CRC 1SP-293.919/O-7

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras

Em atendimento à Resolução CVM nº 80, de 29 de março de 2022, nos termos do Art. 27, parágrafo 1º, itens V e VI, declaramos que revisamos, discutimos e concordamos com as Informações Contábeis Intermediárias individuais e consolidadas da Multiner S.A., e que tais informações refletem adequadamente a posição patrimonial e financeira correspondente ao período findo em 30 de junho de 2025, tendo sido tomada a decisão no sentido de sua aprovação em reunião realizada em 07 de agosto de 2025.

São Paulo, 14 de agosto de 2025

Tobias Reis Monteiro
Diretor Presidente

Alberto de Pinho Novo Junior
Diretor de Relações com Investidores

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente

Em atendimento à Resolução CVM nº 80, de 29 de março de 2022, nos termos do Art. 27, parágrafo 1º, itens V e VI, declaramos que que revisamos, discutimos e concordamos com o conteúdo e as opiniões expressas no relatório dos auditores independentes da Grant Thornton Auditores Independentes S.S., emitido sobre as Informações Contábeis Intermediárias individuais e consolidadas da Multiner S.A, relativas ao período findo em 30 de junho de 2025, apresentado sem ressalvas e com ênfase.

São Paulo, 14 de agosto de 2025

Tobias Reis Monteiro
Diretor Presidente

Alberto de Pinho Novo Junior
Diretor de Relações com Investidores